Diretor Padre Lino Maia
Diretor-Adjunto Padre José Baptista

Mensal| Março 2023 |
Preço: 1 euro | 2.ª Série | N.º 287

CONSELHO GERAL

XVI Festa da Solidariedade desce no mapa e realiza-se em Portalegre

PAULO PEDROSO, SOCIÓLOGO, EX-MINISTRO DO TRABALHO E SOLIDARIEDADE

Temos que repensar toda a estrutura de cuidados de longa duração

BAIÃO

Acolhimento de refugiados ucranianos com "balanço muito positivo"

VILA VERDE

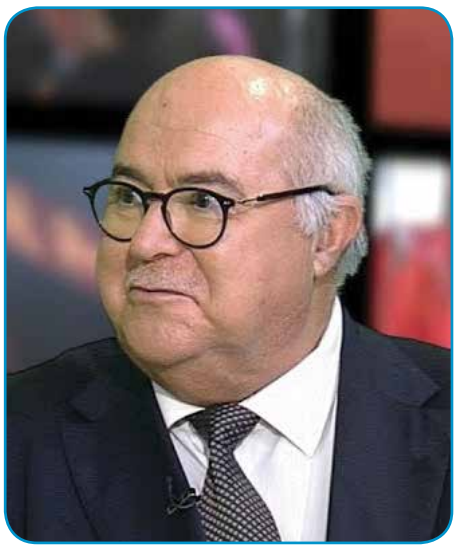
CSVH estende-se para Braga, com o Felizmente Lar e uma creche inovadora

FAPPC

Projeto luso de «Voto Acessível» vence prémio das Nações Unidas

PORTUGAL
PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
TAXA PAGA
Autorizado pelos CTT a circular em invólucro fechado de plástico.
Autorização DEO/415/204004/DCN
Mensário da CNIS

Eugénio Fonseca



Proteção de Crianças, Jovens e Pessoas Vulneráveis

Os abusos sexuais de crianças na Igreja Católica têm sido uns dos assuntos mais marcantes da agenda mediática do nosso país. Nunca os erros de alguém podem ser desculpados com o mal praticado por outros, muito menos quando são maiores as responsabilidades éticas de quem pratica esses erros. Porém, flagelos desta natureza, como deixam marcas indeléveis no mais íntimo das vítimas que, em algumas, nunca chegam a cicatrizar, também ficam na memória histórica das comunidades, a diferentes níveis, em que estes hediondos crimes acontecem. O país deve recordar-se do escândalo que foi, em 2002, a descoberta dos abusos sexuais de menores na Casa Pia. Este doloroso tempo por que está a passar a Igreja Católica deve servir para que outras instituições, se já houve algum indício, tenham também a coragem de mandar estudar este gravíssimo problema.

Como em tudo, a solução mais adequada é a prevenção, embora, infelizmente, no nosso país, se continue a apostar mais na remediação, mesmo sabendo que ela traz custos muito mais elevados. Nesta área da proteção de crianças, jovens e pessoas vulneráveis a prevenção é fundamentalíssima, pelo que gostaria de dar o meu contributo às IPSS no que à mesma diz respeito, socorrendo-me de um manual elaborado pela Cáritas Portuguesa que encontrei disponível no site desta instituição católica. Limitar-me-ei a transcrever alguns tópicos de um resumo desse manual, vertido para um folheto destinado à sensibilização para esta problemática e que julgo ser muito útil, com as necessárias adaptações, para todos os dirigentes e técnicos das IPSS. As propostas são as seguintes:

1.º Assumir o compromisso de formar todos os colaboradores das IPSS numa lógica de responsabilidade e profissionalismo tendo em vista a sua realização como pessoas; proteger crianças, jovens e pessoas vulneráveis com respeito absoluto pela sua dignidade; responder em tempo útil e de forma adequada às suspeitas ou denúncias de abusos cometidos dentro ou fora das IPSS.

2.º Desenvolver o próprio Sistema de Proteção que disponha de mecanismos para receber e tratar eventuais denúncias e maus-tratos; dispor de um Código de Conduta que balize os comportamentos de todos os colaboradores das IPSS; cada UDIPSS deve ter um Conselho de Proteção ou mesmo a própria IPSS, conforme a sua dimensão, que coordene toda a atuação neste tipo de situações, promova o debate, assegure a transparência dos procedimentos adotados e promova ações de formação específicas; as Direções das IPSS terem um especial cuidado na seleção e formação dos recursos humanos e na difusão de uma cultura centrada no "cuidar e proteger"; construir um Mapa de Riscos para identificar e corrigir erros, abusos e maus-tratos, corrigir e desenvolver medidas preventivas adequadas; reavaliar anualmente o Sistema de Proteção e toda a atuação neste campo.

3.º Todas as suspeitas de abuso ou maus-tratos devem ser analisadas pelo Conselho de Proteção de acordo com os princípios da diligência, eficiência e salvaguarda da confidencialidade de todos os implicados, e das vítimas, em especial; o principal objetivo é garantir a segurança e apoio às vítimas em todo o processo; sempre que possível, escutem-se as vítimas, os seus familiares, testemunhas e o suspeito, sendo os seus depoimentos reduzidos a escrito; todo o procedimento garantirá a proteção da intimidade e dignidade de todas as pessoas envolvidas e o respeito pelo quadro legal nacional e Internacional; para além das obrigações previstas pela lei, as direções das IPSS devem reservar-se no direito de desencadear as ações disciplinares que considerem oportunas: contra a pessoa implicada na violação da política de Proteção e do Código de Conduta da respetiva instituição; contra a pessoa que notifica, sabendo que o facto notificado é falso; sempre que esteja em risco a integridade física ou psíquica, a liberdade da criança, jovem ou de qualquer pessoa vulnerável, devem as direções fazer as diligências necessárias e suficientes para a mitigação do perigo através do contato com as entidades oficiais.

4.º A avaliação e revisão periódica de todo o Sistema é um aspeto crucial para o enraizamento de uma cultura de cuidado e dos seus valores e para a aferição da qualidade e impacto da atuação de cada IPSS.

O folheto de que me servi para deixar todas estas sugestões colocam em realce o que, pessoalmente, já acima referi, e, dando ênfase à mesma preocupação, concluo: "Mais importante que detetar situações de abusos ou maus-tratos, é evitar que eles ocorram."

1 - https://caritas.pt/spcj-pv/, visto em 3, de março, de 2023, 20h53.

Editorial

Padre Lino Maia - *Presidente da CNIS*

Tratos e abusos

1. Todos ficámos abalados com os relatos de abusos sexuais praticados por agentes pastorais. São dilacerantes, são muitos os abusadores e são muitas as vítimas.

Um só abusador que houvesse já não nos deixava indiferentes. Mas não foi só um. E foram ao longo de muito tempo. Eram pastores, tinham uma nobre missão, falavam de Cristo como caminho, verdade e vida e eram – e pode ficar a dúvida se ainda são - condutores de homens e mulheres. Deviam esforçar-se por dar bom exemplo, mas falavam com palavras radicalmente contrariadas pelas suas ações. Falharam profundamente. Não são pessoas fiáveis. E o problema é se continuam a falhar.

Indesculpáveis, os abusos deixam pesadas marcas que permanecem pelo tempo nas vítimas e que perpassam ao longo de gerações.

Sejam eles quem forem, os abusadores devem ser veementemente condenados pela sociedade, pelas vítimas que eles fizeram e que poderão continuar a fazer e pelos crimes que cometeram e, eventualmente, poderão continuar a cometer. Escandalizam profundamente cristãos e não cristãos, causam vergonha e repulsa e podem estar a deixar exangues os bons pastores que são a generalidade. Devem ser criminalizados e chamados a indemnizarem as vítimas. Não podendo ser eles a indemnizarem as vítimas, deve ser chamado a assumir tal responsabilidade quem os formou, quem teve pressa em ordenar imaturos em ambiente maniqueísta e quem os enviou em missão sem preparação suficiente, sem maturidade suficiente e sem suficiente visão ética. No caso dos agentes pastorais, foi a Igreja.

Não é a hipótese de poder haver abusadores nas escolas, no desporto ou no seio das próprias famílias que menoriza a gravidade dos crimes praticados por esses agentes pastorais. É evidente que em parte alguma se pode compatibilizar com abusadores. Mas os abusos sexuais praticados por agentes pastorais são mais graves, indesculpáveis e provavelmente imperdoáveis. É que os agentes pastorais apresentam-se como exemplos a seguir, inspiram confiança, lideram comunidades e facilmente seduzem. Quer os abusos tenham ocorrido lá longe no tempo, nos tempos que correm ou nos que hão de vir, ocasionalmente ou reiteradamente, antes ou depois de serem considerados crimes, foram, são e sempre serão repugnantes e inadmissíveis.

2. Às vítimas foi dada voz. Ainda bem.

Aí, a Igreja esteve muito bem. Quis enfrentar a realidade, foi corajosa e quis uma Comissão independente. Não impôs à Comissão um caderno de encargos limitativo e deixou-a percorrer o seu caminho. Tarde? Mais tarde do que seria desejável, mas mais vale tarde que nunca.

Todas as vítimas venceram o silêncio? Provavelmente não, mas os que venceram o silêncio ajudaram a encarar uma realidade. E só haverá conversão se houver coragem para encarar a realidade. E bom será que quem não deu voz ao silêncio venha a usar a sua voz, porque falar, dar eco à raiva, gritar e repudiar pode ajudar a atenuar a dor, a ultrapassar alguns pesadelos e a estancar uma praga. E a Igreja precisa de regeneração para ser a Igreja de Jesus Cristo que, repete-se, é caminho, verdade e vida e esperança por todos os séculos dos séculos.

Agora, tem de ser dada vez às vítimas. Para que às vítimas seja feita a justiça que merecem, se é que alguma justiça apagará definitivamente a sua dor. Mas alguma justiça ajudará a abrandar algumas marcas que não se diluiriam com o andar dos tempos.

A hora é de regeneração e de fazer justiça.

3. Pelos valores que divulga e defende, pelo Cristo que anuncia e perpetua, pelos pastores que seleciona e longamente forma, pela cultura que inspira e consolida e pelas responsabilidades históricas que reclama e tem, a Igreja assume-se como uma referência ética de respeito pela vida e pela dignidade da pessoa humana. Respeito pela vida e dignidade da pessoa, desde a conceção até à morte natural e mesmo para além da morte. De cada pessoa e de todas as pessoas.

Daí o reconhecimento e a valorização não apenas do seu Culto e da sua Evangelização, mas sobretudo do seu agir cristão.

E no agir cristão, em geral, e muito especialmente na área social, a Igreja tem uma longa e rica história. De facto, se nem toda a ação de proteção social dos mais frágeis, dos menores, dos mais velhos e dos que sofrem de qualquer deficiência é desenvolvida pela Igreja ou em seu nome, um facto, porém, é que, nessa área social, a Igreja tem um volume de atividade manifestamente maioritário e qualitativamente muito bom. E essa longa e rica história de ação social tem marcado o ritmo de muitas e de muitos que, podendo não se situarem no espaço da Igreja, reconhecem-lhe autoridade e sentem que o envolvimento de todos na proteção do próximo é um caminho que os humanos devem percorrer para ser prestada uma maior e mais cuidada atenção aos mais carenciados, aos menos dotados e aos mais vulneráveis.

Talvez mesmo mais do que a Liturgia e a Evangelização, essa proteção social que a Igreja desenvolve seja a marca que melhor avalia o seu espaço e a sua importância na sociedade portuguesa.

A história e a sociedade precisam da Igreja e reconhecem a sua importância.

A hora é de uma humilde e corajosa regeneração. Também de mais prudência e de maior vigilância.

Precedidas de alguma inoportuna turbulência, as Jornadas Mundiais da Juventude podem ajudar a Igreja a concentrar-se mais em Cristo que continua e continuará a seduzir multidões de jovens. E a fazer dos humanos o seu caminho.

E, no meio de tudo isto, as Instituições de Solidariedade, da Igreja ou não, devem concordar que nunca será despropositado que, em cada uma delas, haja um provedor do utente. Teoricamente e na prática os dirigentes já o são, mas haver um especialmente destacado para essa missão específica, talvez acautele contra eventuais irregularidades…

CONSELHO GERAL

CNIS prestes a assinar um protocolo de cooperação com a ANMP

A primeira reunião do Conselho Geral da CNIS, desde que os novos órgãos sociais foram eleitos em janeiro, começou pela escolha do novo secretário. A escolha recaiu em Rui Reis, presidente da UDIPSS Guarda, por proposta das Uniões Distritais de Setúbal, Lisboa e Santarém que foi aprovada pelos demais conselheiros.

De seguida, escolheram-se os representantes para a Comissão Permanente do Conselho Geral, que ficou com a seguinte composição: Norte - UDIPSS Vila Real; Centro - UDIPSS Leiria; Lisboa e Vale do Tejo - UDIPSS Santarém; Sul - URIPSS Algarve; Ilhas - URIPSS Açores; Federações - Humanitas.

Na reunião que decorreu em Fátima, foi igualmente escolhido o distrito que receberá a Chama e Festa da Solidariedade 2023, com o evento este ano a rumar ao sul do país até Portalegre.

De seguida, os conselheiros ficaram a saber que está a ser ultimado um protocolo a assinar com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), cuja data prevista é o dia 21 de março.

"Penso que este protocolo vale pela iniciativa da ANMP e pelo envolvimento de todas as Organizações Representativas do Sector Social (ORSS)", começou por dizer Alfredo Cardoso, elemento da Direção que tem em mãos o processo, acrescentando: "O protocolo é virtuoso e acautela, no essencial, aquilo que deve ser a cooperação entre as IPSS e as autarquias. Sem sobranceria e com sentido de cooperação entre todos. O protocolo, neste momento, acautela os interesses das instituições e foi por iniciativa da ANMP, o que é de louvar".

Por seu turno, o padre Lino Maia acrescentou que "todas as propostas da CNIS foram aceites" e, apesar de não ter conhecimento de como decorreu o processo com as outras ORSS, a CNIS "já recebeu uma proposta de protocolo por parte da ANMP".

O presidente da CNIS afirmou que "tem havido um grande empenho da presidente da ANMP", lembrando, no entanto, que o protocolo não tem força de lei: "Isto não pode ser imposto a nenhum município".

Por seu turno, Eleutério Alves deu conta aos conselheiros dos assuntos abordados na última reunião da Comissão Nacional de Cooperação (CNC), onde esteve presente no passado dia 28 de fevereiro, e na qual Maria de Lurdes Pombo, até janeiro membro da Direção da CNIS, foi alvo de um reconhecimento público por parte do presidente da CNC, Tiago Preguiça.

Na reunião foram abordados diversos temas, como "a operacionalização das altas hospitalares, que tem a Adenda quase fechada".

"O processo de distribuição de doentes não será local, haverá alguma proximidade nas colocações, mas poderão estender-se às regiões a que os hospitais pertencem", explicou o «vice» da CNIS.

Por outro lado, foram criados dois grupos de trabalho para estudarem a alteração dos estatutos das IPSS e outro para a criação de um sistema de avaliação da qualidade e do impacto social das respostas.

Já Filomena Bordalo, assessora da Direção, revelou a intenção da CNIS de realizar um seminário, em setembro, sobre a complementaridade entre Saúde e Ação Social. Por outro lado, na reunião matinal que antecedeu o Conselho Geral, a Direção apreciou uma proposta para "transformar as sete reuniões com as Uniões e Federações em um encontro nacional para reflexão sobre temas e questões que preocupam as instituições e que servirão, igualmente, para preparar o seminário", explicou, deixando a proposta de que o encontro fosse na segunda quinzena de maio.

Sobre a cooperação com o Estado, e numa altura em que ainda não se fala de Compromisso de Cooperação para o Sector Social Solidário 2023-2024, o presidente da CNIS mostrou algum desagrado pela falta de respostas que tem obtido do Governo para muitas das questões colocadas pela CNIS.

Algumas destas matérias foram levantadas na reunião pelas Uniões Distritais, como a situação do SAD, do PEDEPE (Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré Escolar), os Centros de Dia e as revisões em baixa ou o Pré-escolar.

Quanto ao SAD, o padre Lino Maia foi taxativo: "Não sei mais nada do que foi dito em Braga e não sei a que porta hei-de bater".

Quanto ao PEDEPE, o líder da CNIS disse que, "em tempos, solicitava-se em dezembro, entretanto, passou para janeiro, depois fevereiro e já estamos em março e ainda não saiu o aviso", tendo Filomena Bordalo acrescentado: "Reforçámos a insistência para a resolução do problema face às dificuldades que isto acarreta para as instituições".

Novidade, transmitida ao Conselho pela UDIPSS Santarém, é que "há PEDEPE relativos ao ano letivo de 2021/2022 que ainda não foram pagos".

Sobre a revisão em baixa do Centro de Dia, o padre Lino Maia lembrou que "os Centros de Dia estão a recuperar as frequência, pelo que não devem ser aceitadas revisões em baixa sem que o assunto seja discutido com o Governo cara a cara com a ministra".

A reunião de Fátima serviu ainda para uma breve apresentação do Relatório do Programa de Ação 2022, um "iniciado e marcado por uma conjuntura externa e interna 'não amiga' do Sector Social Solidário".

"A nível externo, a 5ª vaga da infeção de Covid-19; a suspensão do Parlamento, com o Governo em gestão e sem orçamento aprovado; o início do conflito na Ucrânia; o aumento do preço dos combustíveis e dos bens de primeira necessidade e o aumento da taxa de inflação", concorreram todos para criar mais dificuldades às IPSS, sendo que a nível interno registou-se: "A situação pandémica continuou a refletir-se no funcionamento das respostas sociais, nomeadamente nas que funcionavam acopladas; as limitações nos acessos; a incidência de problemas de saúde mental nos utentes e colaboradores; o agravamento das dificuldades de sustentabilidade financeira, devido aos fatores externos e a outros, nomeadamente ao impacto da RMMG e à valorização das categorias profissionais, fazendo aumentar a diferença entre o custo médio das respostas sociais e o somatório das comparticipações da Segurança Social e dos utentes/famílias".

No próximo dia 25 de março, a CNIS reúne em Assembleia Geral, em Fátima, onde este documento, tal como o relatório de Contas, será apresentado às associadas de forma mais pormenorizada.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

PRIMEIROS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO JÁ ESTÃO ASSINADOS

Habitação colaborativa para adiar a institucionalização de idosos e de pessoas com deficiência

Foram já muitos os projetos de habitação colaborativa aprovados no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e, até ao momento, representam um investimento total de 22 milhões de euros, comparticipados com 19 milhões de euros pelo PRR.

São projetos diferentes entre si, distribuídos por todo o país com o objetivo de responder a cerca de 800 pessoas, projetos de integração de pessoas mais velhas ou com deficiência, garantindo que há total integração e não exclusão, evitando-se, assim, a institucionalização.

No conjunto, são fundamentalmente projetos que têm uma dimensão de habitação com autonomia, que promove a independência das pessoas e que têm serviços partilhados.

Até ao momento, assinaram contratos as seguintes instituições: Centro Social de Assistência da Freguesia de Pardilhó, em Estarreja (Aveiro); Centro Social, Recreativo e Cultural de Vilar de Maçada, em Alijó (Vila Real); Santa Casa da Misericórdia de Valpaços (Vila Real); Associação de Promoção Social, Recreativa, Desportiva e Humanitária de Maceira, em Fornos de Algodres (Guarda); Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados da Guarda, da Irmandade da Misericórdia de Paredes (Porto); Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém (Setúbal); Santa Casa da Misericórdia do Fundão (Guarda); Centro Assistencial Cultural e Formativo do Fundão (Guarda); Sociedade Recreativa e Musical da Pedreira, em Tomar (Santarém); Pedrinhas - Cooperativa de Solidariedade Social e Cultural, em Lousã (Coimbra); Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos com Incapacidades de Portalegre; Fundação COI, em Palmela (Setúbal); Corte Real – Cooperativa de Solidariedade Social, em Moita (Setúbal); Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Vila de Ericeira, em Mafra (Lisboa); Casa do Povo do Concelho de Óbidos (Leiria); Cercipaper, em Castanheira de Pera (Leiria); Lar da Felicidade, em Pombal (Leiria).

Dizem que não há lugar para todos.
E o Santander, o que diz?

O Santander diz que é preciso fazer escolhas. E a nossa escolha é estar sempre ao lado de quem promove a inclusão. Por isso, escolhemos apoiar as IPSS que têm como missão oferecer oportunidades a quem mais precisa. Se tem projetos aprovados no âmbito dos programas públicos PRR e PARES, conte com o Santander para o adiantamento de incentivos ou financiamento complementar. Porque nós não somos apenas aquilo em que acreditamos. Somos o que fazemos com isso. **Somos as escolhas que fazemos.**

Para o ajudar a escolher a melhor solução, escreva para: **economiasocial@santander.pt**

Sujeito a aprovação do Banco.

Banco Santander Totta, S.A.

Santander

CENTRO SOCIAL DO VALE DO HOMEM, VILA VERDE

Depois do Felizmente Lar, Braga vai ter o «Clube dos Pequenos»

O Centro Social de Vale do Homem (CSVH) está sedeado em Vila Verde, mas estende a sua atividade, não só a mais dois outros concelhos banhados pelo Rio Homem (Amares e Terras do Bouro), mas agora também à capital de distrito, Braga, onde em janeiro inaugurou oficialmente o Felizmente Lar, na freguesia de Gualtar.

Sendo o primeiro projeto da área social financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) a entrar em pleno funcionamento, a cerimónia de inauguração contou com a presença do primeiro-ministro António Costa, reconhecimento da importância e relevância do equipamento, o que deixa os responsáveis pelo CSVH "muito orgulhosos".

Apesar da inauguração ter acontecido em janeiro, o Felizmente Lar já acolhe idosos desde Novembro, num processo gradual de admissão, para que que não haja sobressaltos no arranque e funcionamento da estrutura. E com esta resposta social já em marcha, o CSVH tem já outra lança espetada em África (leia-se, Braga), uma creche inovadora que pretende servir trabalhadores e utentes do Hospital e também da Universidade do Minho.

"Já lançámos concurso público para a obra de construção de uma creche, que é uma parceria com o município de Braga, que cedeu o terreno, e com a anuência do Conselho de Administração e da Comissão de Trabalhadores do Hospital de Braga e também do Conselho de Administração da Universidade do Minho. Estas entidades deram parecer favorável, pois sentem que os próprios colaboradores têm necessidade desta resposta. É uma creche diferenciadora, pois funcionará no período diurno e noturno. Para além disso, terá um serviço inovador de babysitting, para que, quem tiver que ir a uma consulta ou assistir a uma aula, possa deixar no «Clube dos Pequenos», que é assim que se chamará o berçário e creche, os seus bebés durante uma ou duas horas", explica Jorge Pereira, presidente do CSVH.

O «Clube dos Pequenos» será constituído por duas unidades com capacidade para 84 crianças e está previsto abrir no início de 2024.

E, colocando em marcha o dinamismo que pauta a ação da instituição de Vila Verde, o Centro Social do Vale Homem tem já um projeto para outro concelho do distrito minhoto, mais concretamente para Barcelos, no âmbito da deficiência.

"O CSVH tem um projeto em Barcelos, fruto de uma candidatura realizada em dezembro ao PRR, que são as denominadas «Casas do Minho», para um CACI e Residências de Autonomização e Inclusão, mas em sistema cohousing, o que é uma inovação nossa", revela Jorge Pereira, lembrando que há mais: "Ainda no âmbito do PRR, temos mais um projeto para Vila Verde, que é uma quinta de três hectares, propriedade do Centro Social, onde vamos recuperar a casa-mãe e ali instalar a sede institucional e tudo o que são serviços administrativos que andam espalhados pelos diversos espaços e que não estão relacionados com a área social, nem a saúde. Para além disto, serão criados um CACI e uma Residência de Autonomização e Inclusão".

O presidente da instituição avança ainda que "um dos hectares da quinta vai ser dedicado à economia circular", mais um elemento diferenciador e que visa ainda outros propósitos.

"Foram já plantadas 200 árvores de fruto e mais de cem metros de uma ramada, para receber uvas de mesa, kiwis e framboesas. Haverá ainda uma zona, com um estábulo, onde haverá um burro, galinhas, porcos e coelhos. Depois, é um espaço que funcionará, igualmente, como uma espécie de quinta pedagógica para os nossos utentes de todas as respostas que o Centro Social promove".

Jorge Pereira refere que a instituição "trabalha

muito na base de parcerias e têm surgido algumas oportunidades", que são avaliadas e "quando têm pernas para andar, o Centro Social avança".

A sede é em Vila Verde, mas os estatutos após a última alteração conferem à instituição uma abrangência nacional e até internacional. No entanto, o âmbito de atuação preferencial do CSVH é o distrito de Braga.

"Atualmente, podemos ter projetos com outros países, posicionando-nos já para poder fazer projetos e candidaturas diretas a programas da União Europeia, que dão alguma prioridade a projetos que envolvam instituições de países diferentes com uma candidatura conjunta", sustenta, revelando: "Aliás, estamos já a preparar uma candidatura com uma instituição de Vigo, na Galiza, que trabalha muito bem a área das demências, precisamente para tentar obter essa majoração".

Segundo Jorge Pereira, a para a criação do FelizMente Lar, a instituição foi desafiada.

"O município de Braga era o dono deste espaço, que cedeu à Junta de Freguesia de Gualtar, que tinha esta ambição há décadas. O edifício estava em ruínas, houve mesmo uma associação que se propôs fazer algo, mas nunca avançou, e o CSVH foi desafiado, avaliou o posicionamento no mercado, as necessidades nesta envolvente e as condições, feitas as contas, porque trabalhamos com uma gestão muito rigorosa e empresarial, chegou-se à conclusão que era viável e, então, avançou-se", afirma Jorge Pereira, sublinhando: "Cumprimos todos os prazos e fizemos muito mais do que o inicialmente previsto, porque era para ser apenas ERPI, mas acrescentou-se o SAD, por isso são 90 utentes e não os 50 previstos".

O Felizmente Lar resulta da recuperação de uma antiga casa senhorial e é composto por duas alas, cada com capacidade para 20 utentes, e ambas já lotadas, e ainda por um espaço denominado «Casa de Charme», que ocupa a antiga casa da família, com capacidade para 10 clientes, e onde já se encontram dois. A «Casa de Charme» funcionará como uma resposta privada.

"Recuperámos a identidade da casa original e, aproveitámos o primeiro andar, que era a casa dos senhorios, e deixámos essa função também aqui no lar, mantendo os espaços o mais possível, podendo os 10 utentes ter usufruto dessa vivência. Por exemplo, mantivemos as antigas namoradeiras e as portadas de madeira nas janelas. Ou seja, associámos o antigo à modernidade, diferenciando a «Casa de Charme» do Felizmente Lar", sustenta Jorge Pereira, para quem, no entanto, o que realmente diferencia esta ERPI das demais é o Centro de Reabilitação Motora (CRM).

"O que diferencia o Felizmente Lar, desde logo, é o Centro de Reabilitação Motora, que é o somatório de todas as pequeninas coisas que já

temos em todos os edifícios da instituição. Aqui temos tudo concentrado. Apesar de estarmos na cidade, temos espaços ao ar livre. Temos um grande controlo de acessos, que serve para organizar serviços e para segurança dos utentes. Tivemos igualmente grandes preocupações com a sustentabilidade do edifício e colocámos painéis solares para aquecimento de águas e painéis fotovoltaicos", revela, concluindo: "É tudo isto que diferencia e torna este lar um lar diferente, único no concelho de Braga e, porventura, um dos melhores lares da cidade. Aguardamos, agora, o licenciamento da Entidade Reguladora da Saúde do Centro de Reabilitação Motora, para que todas as respostas de spa, piscina, ginásio e fisioterapia possam abrir à comunidade e, assim, angariar receitas. Aliás, as 90 crianças do jardim de infância que está aqui ao lado são os primeiros 'clientes' da piscina, numa parceria que já estabelecemos".

Para já, e apesar de muito que se ouve falar quanto ao PRR, para já apenas os projetos realizados no âmbito do PARES têm acordos de cooperação garantidos.

"Quando iniciámos o projeto sabíamos com o que podíamos contar, ou seja, com nada! O Estado chega sempre tarde. Nós avançámos, lançámos o projeto, garantimos o financiamento bancário e foi assim que arrancámos com a obra. Entretanto, fizemos uma candidatura ao PRR, que foi aprovada, mas quando foi aprovada já a obra estava em execução. Aliás, tivemos no Dia de Reis a presença do senhor primeiro-ministro na inauguração do Felizmente Lar, porque foi a primeira obra da área social, no âmbito do PRR, a estar em pleno funcionamento em Portugal. Face à dimensão do PRR, é um orgulho para o CSVH", afirma Jorge Pereira, indicando que "o custo previsto, inicialmente, era de três milhões de euros, mas acabou por custar mais 1,7 milhões, porque foi acrescentado um piso e houve ainda o aumento de preços devido à inflação".

Se o custo aumentou devido a algo planeado, como a construção de mais um piso, outros custos surgiram inesperadamente.

"A meio do processo alterámos o projeto, porque o piso -1 não existia inicialmente. Surgiu a possibilidade de construir a cave, o que veio melhorar tudo o que é apoio à logística, também pudemos criar uma morgue e ainda um ginásio maior, com fisioterapia e ainda fica espaço para poder crescer nessa área. Houve este aumento de custos, mas também de mais 400 mil euros devido à revisão de preços. Este valor teve que ser pago sem haver mais trabalhos. É um custo que ninguém prevê, mas que nos aconteceu e que tivemos de suportar. Depois, ainda houve o aumento de custos devido à criação das zonas do SAD", revela.

O SAD, inaugurado no passado dia 1 de março, vai funcionar só com viaturas 100% elétricas e terá serviços inovadores, como o apoio técnico de psicomotricista e enfermagem nas residências dos utentes, para além dos serviços mais normais de higienes e alimentação.

"Vamos apostar em serviços de bem-estar e de saúde no apoio domiciliário", sustenta o presidente do CSVH.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

FAPPC – FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS DE PARALISIA CEREBRAL

Projeto «Voto Acessível» distinguido pelas Nações Unidas

O projeto «Voto Acessível», da Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral (FAPPC), recebeu, no passado mês de fevereiro, um dos prémios «The Zero Project», das Nações Unidas, cuja entrega decorreu em Viena, na Áustria.

O software criado para o «Voto Acessível» (de fácil replicação e utilizado sempre offline, não recorrendo à Internet) permite o voto presencial de forma totalmente autónoma e secreta para qualquer pessoa, independentemente da incapacidade ou limitação (visual, auditiva e/ou física).

Esta é uma luta antiga da FAPPC, sendo que este projeto agora premiado surge como uma opção alternativa e mais completa e abrangente do que o simples voto eletrónico. Segundo o presidente da FAPPC, Rui Coimbras, esta é "uma alternativa que Portugal deveria assumir, tanto mais que, a nível de operacionalização e de custos, esta inovadora solução tecnológica traduz-se num importante investimento e poupança em termos de dinheiros públicos".

Assim, Rui Coimbras classifica o prémio como "uma vitória da luta pela democracia, cidadania e autorrepresentação das pessoas com deficiência", acrescentando que a Federação "sempre defendeu, e continuará a defender, o princípio subjacente a esta distinção, ou seja, o direito ao exercício da cidadania através do voto realmente secreto".

Esta é uma ferramenta que "já foi testada por diversas vezes formalmente em Portugal, nomeadamente em votações de Orçamentos Participativos e em atos eleitorais de associadas da FAPPC, sendo que de tais atos foram apresentadas evidências e respetivas avaliações do uso desta solução", lê-se no comunicado emitido pela FAPPC.

O projeto do «Voto Acessível» visa responder à alínea 2 do ponto 1 do artigo 29.º da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas e que Portugal ratificou em 2009.

Zero Project-Pepo Schuster-austrofocus.at

Não obstante tal ratificação, e apesar de tal estar expresso no Artigo 10.º da Constituição, em Portugal continua a não se implementar o voto efetivamente secreto para algumas pessoas com deficiência (ou outro tipo de limitação, nomeadamente física), assinala a nota de imprensa.

Recorde-se que a legislação existente prevê o "voto acompanhado, mas, como sempre foi defendido pela FAPPC, essa opção restringe e limita os direitos de alguns cidadãos".

«The Zero Project» é uma iniciativa das Nações Unidas que pretende premiar soluções inclusivas e inovadoras, especialmente dirigidas a grupos vulneráveis ou desfavorecidos. O tema deste ano era «Vida Independente, Participação Política e Tecnologias de Informação e Comunicação», tendo ao mesmo concorrido 319 projetos de 78 países.

O processo de seleção, desenvolvido por etapas, contou com um painel internacional de analistas, em revisão por pares, surgindo na lista final de premiados 74 projetos. Portugal é um dos países distinguidos com o projeto «Voto Acessível» da FAPPC, desenvolvido em parceria com a IBM/Softinsa.

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE VISEU

«Mais Educação Sexual» é um manual para ajudar a pessoas com deficiência e suas famílias

A Associação de Paralisia Cerebral de Viseu (APCV) lançou o manual «Mais Educação Sexual», no âmbito do projeto Erasmus +, da União Europeia, «Sex in Life - Melhorar a Educação Sexual das Pessoas com Deficiência Intelectual».

O manual compila um conjunto de documentação e de recursos recorrendo a uma abordagem técnica no âmbito da educação para a sexualidade para a implementação de atividades de grupo com vista à formação afetiva sexual para pessoas com deficiência intelectual e também para as suas famílias.

Disponível em português, espanhol, grego, inglês, italiano e polaco, a elaboração do texto é da responsabilidade da sexóloga Débora Baz Rodríguez, que contou, na elaboração de conteúdos temáticos, com a colaboração da APCV (Portugal), da Asociación San Xerome Emiliani (Espanha), Associazione Pegaso Onlus (Itália), IMS Research & Development Center (Chipre) e ainda SNRSS – Association for Social Cooperatives (Polónia).

O universo sexual é muito amplo e às vezes é vertiginoso, assim este guia irá disponibilizar ferramentas que apoiem de forma serena na construção do universo sexual da pessoa com deficiência intelectual.

UNIÃO REGIONAL DAS IPSS DO ALGARVE

José Carreiro reconduzido na presidência para o quadriénio 2023-2026

No passado mês de fevereiro realizaram-se eleições para os órgãos sociais da União Regional das IPSS do Algarve (URIPSS Algarve) para o quadriénio 2023-2026.

Do ato eleitoral resultou a recondução de José Carreiro na presidência da Direção.

Os órgãos sociais da URIPSS Algarve para o quadriénio 2023-2026 são compostos por:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente - Maria Filomena Teixeira Rosa (AIPAR - Associação de Proteção à Rapariga e à Família, Faro); 1º secretário - Carla Maria Amaro Pires (Fundação Irene Rolo, Tavira); 2º secretário - João Carlos Canelas Pereira (Centro Popular de Lagoa).

Conselho Fiscal

Presidente - João Manuel Viegas

Libório Correia (GATO – Grupo de Ajuda a Toxicodependentes, Faro); 1º vogal - Maria Celeste Furtado de Jesus Vicente Francisco (Santa Casa da Misericórdia de Aljezur); 2º vogal - Albino José Ramires Martins (Centro Paroquial de Cachopo, Tavira).

Direção

Presidente - José António Carreiro (Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos, Lagos); Vice-presidente - António da Conceição Marques Barão (Instituto D. Francisco Gomes - Casa dos Rapazes de Faro); Secretário - António Manuel de Oliveira Soares (CASCD - Centro de Acção Social, Cultura e Desporto dos Trabalhadores da Saúde e da Segurança Social do Distrito de Faro); Tesoureiro - José Carlos de Sousa Araújo (Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines); Vogal - Nuno Miguel Matias Cabrita da Silva Alves (APPIA – Associação Pró-Partilha e Inserção do Algarve, Faro); 1º vogal suplente - Amadeu Alexandre Fonseca Machado Chaves (Associação Cegonha Branca, em Altura, Castro Marim); 2º vogal suplente - Vitalina Maria Camões Azevedo (Associação Social e Cultural de Almancil).

CANDIDATURAS AO BPI SOLIDÁRIO TERMINAM A 20 DE MARÇO

Um milhão de euros para respostas sociais a necessidades básicas de pessoas vulneráveis

As instituições interessadas têm até ao dia 20 de março para apresentar as suas candidaturas à 8ª edição do Prémio BPI Solidário, que tem como finalidade apoiar entidades do Terceiro Sector, através do apoio financeiro de projetos destinados a facilitar o desenvolvimento integral e o processo de inclusão social das pessoas em situação de vulnerabilidade, potenciando as suas capacidades e favorecendo a igualdade de oportunidades.

Com uma dotação de 1 milhão de euros, o Prémio Solidário pretende ajudar quem procura dar respostas sociais no domínio das necessidades básicas, dos recursos de habitação de emergência e da empregabilidade. Destaque também para o apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade extrema, nomeadamente pessoas em situação de sem-abrigo, vítimas de violência, com trajetos de conflito com a lei penal, migrantes ou refugiados, assim como famílias alargadas com crianças.

No ano passado, o Prémio Solidário distribuiu mais de 1 milhão de euros para a implementação de 26 projetos, que estão a contribuir para melhorar a vida de perto de 2.500 pessoas. Nas sete edições já realizadas foram distinguidos 155 projetos, no valor total de cerca de 5,4 milhões de euros, com benefício para mais de 34.500 pessoas.

A seleção das candidaturas vencedoras é realizada através de uma avaliação criteriosa dos projetos e das linhas de ação estabelecidas, beneficiando ainda do apoio de uma equipa de mais de sete dezenas de avaliadores colaboradores e reformados do BPI que, em regime de voluntariado, reúnem com todas as entidades que passam à 2ª fase de avaliação. Esta prática inovadora enriquece os processos de avaliação e de humanização do Banco.

CASES – COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL

«Voluntários em Tempo de Pandemia» dá à estampa testemunhos de quem ajudou a ajudar

A CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social lançou a publicação «Voluntários em Tempo de Pandemia», que pretende retratar o que foi o movimento de voluntariado em Portugal no período agudo da Covid-19.

"A CASES tem privilegiado a realização de publicações que tendencialmente concorram para a criação de séries, no entanto, entendeu-se que a situação, que queremos atípica, vivida ao longo de 2020 e 2021 por força de uma pandemia, exigia uma publicação também ela atípica, de um estudo desejavelmente único e datado, que permitisse um conhecimento mais detalhado do comportamento registado na área do voluntariado", explica a vice-presidente Carla Ventura, numa nota introdutória do estudo, onde se lê ainda: "Pese embora não sejam aqui abordadas as colocações de voluntários e a sua prestação efetiva de trabalho voluntário, uma vez que o registo desejado foi secundarizado pelas dinâmicas que as necessidades de resposta exigiam, não quisemos deixar de dar a conhecer o perfil de quem se disponibilizou para o realizar".

Segundo o estudo, foram milhares as pessoas que de forma abnegada quiseram dar o seu apoio às pessoas, organizações e comunidades onde residiam, demonstrando um enorme espírito de solidariedade perante uma adversidade totalmente inesperada e que a todos, direta ou indiretamente, afetou.

"A elas dedicamos esta publicação, que pretende constituir testemunho da extraordinária generosidade e altruísmo dos voluntários em tempo de pandemia", sublinha Carla Ventura, na mesma nota.

O estudo é resultado de um trabalho que envolveu a equipa responsável pelas estatísticas e a equipa que tem sob sua responsabilidade a área do voluntariado, tendo sido seus relatores Eduardo Pedroso e Edna Neves.

PROGRAMA MAIS HABITAÇÃO

IPSS vão poder concorrer ao apoio à promoção de habitação a custos controlados

Instituições particulares de solidariedade social, Misericórdias, Cooperativas, sociedades comerciais de construção civil e municípios são as entidades que podem concorrer ao "apoio à promoção de habitação a custos controlados", segundo legislação publicada neste mês de março.

Segundo a legislação publicada na página oficial Consulta LEX, o Governo assume que quer promover a habitação a custos controlados e refere que os beneficiários podem aceder a benefícios como linhas de financiamento e cedências de terrenos públicos.

Em concreto, o Governo adota "uma nova linha de crédito, com garantia mútua e bonificação da taxa de juro, para projetos na área da habitação acessível, nomeadamente para construção ou reabilitação, incluindo aquisição do imóvel necessária para este efeito, e posterior arrendamento", no montante global máximo de 250 milhões de euros.

A legislação dada a conhecer prevê a criação de um regime de arrendamento para subarrendamento para famílias com dificuldades no acesso à habitação no mercado e de um apoio à promoção de habitação a custos controlados para arrendamento acessível, bem como o aumento dos solos disponíveis para habitação pública ou a custos controlados, através da fixação do valor das rendas nos novos contratos de arrendamento e da proteção dos inquilinos com contratos de arrendamento anteriores a 1990.

O Governo refere que vai identificar "o património imobiliário público para cedência de terrenos, com vista à promoção, disponibilização e gestão de arrendamento acessível", que cederá "por um prazo máximo de 90 anos".

A legislação proposta - que está em consulta pública até 10 de março e será oficializada em conselho de ministros a 16 de março - entrará em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

O Programa Mais Habitação prevê, entre outras medidas, a disponibilização de mais solos para construção de habitação, incentivos à construção por privados ou incentivos fiscais aos proprietários para colocarem casas no mercado de arrendamento.

Entre as medidas que visam estimular o mercado de arrendamento, assim como a agilização e incentivos à construção, incluem-se o fim dos vistos gold, o Estado substituir-se ao inquilino e pagar rendas com três meses de incumprimento, a obrigatoriedade de oferta de taxa fixa pelos bancos no crédito à habitação ou a isenção de mais-valias para famílias que vendam casas para pagar empréstimo da sua habitação.

As medidas do Programa Mais Habitação vão custar cerca de 900 milhões de euros, excluindo nesta estimativa o que venham a ser valores de custos com rendas, com obras a realizar ou com compras, mas incluindo o valor das linhas de crédito, e recorrerão a verbas do Orçamento do Estado, conforme já indicou o ministro das Finanças, Fernando Medina.

PAULO PEDROSO, SOCIÓLOGO, EX-MINISTRO DO TRABALHO E SOLIDARIEDADE

Ainda há pessoas que não aceitam a verdade

É, reconhecidamente, uma das grandes sumidades na área social, designadamente no trabalho e emprego, proteção social e economia social e solidária, nada mais nada menos do que as três áreas estratégicas do CoLABOR, Laboratório Colaborativo, onde Paulo Pedroso é investigador, juntamente com Carvalho da Silva, ainda recordado como histórico líder da CGTP.

Paulo Pedroso é licenciado em Sociologia e pós-graduado em Sociologia Rural e Urbana pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. desde 2020 colabora com a Associação Mutualista Montepio Geral e com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Em 1997 e durante dois anos integrou o governo, liderado por António Guterres, como Secretário de Estado do Emprego e Formação. Em 1999, no XIV Governo Constitucional, igualmente presidido por António Guterres, desempenhou os cargos de Secretário de Estado do Trabalho e Formação e em 2001 passou a Ministro do Trabalho e da Solidariedade. Enquanto governante foi responsável pelo projeto de criação do rendimento mínimo garantido. Foi deputado do Partido Socialista e em 2009 candidatou-se à Câmara de Almada. Em janeiro de 2020, anunciou ter deixado de ser militante do Partido Socialista e decidiu participar na candidatura de Ana Gomes às eleições presidenciais de 2021.

Em maio de 2003, Paulo Pedroso era deputado quando foi detido na Assembleia da República. Ficou em prisão preventiva durante 4,5 meses, acusado de abuso sexual de menores no âmbito do processo Casa Pia. Não chegou a ir a tribunal. Em 2006 ficou livre de acusações e o Tribunal de Instrução Criminal considerou não haver fundamento para ser levado a julgamento. Paulo Pedroso intentou várias ações contra o Estado português por ser vítima de erro grosseiro. Foi o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, em 2018, quem acabou por dar razão final a Pedroso, confirmando a decisão do Tribunal da Relação em 2003 de que "não eram relevantes nem suficientes" os motivos para a detenção. O Estado português foi condenado a pagar uma indemnização de 68.555 mil euros.

SOLIDARIEDADE - Quando o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos decidiu condenar o Estado português por causa da sua prisão preventiva em 2003, no âmbito do caso Casa Pia, disse que só a partir daí se sentia verdadeiramente livre.

Passados uns anos, vai comentar à RTP os abusos sexuais na Igreja Católica e é alvo de um coro de críticas nas redes sociais. Sentiu-se de novo prisioneiro?

Paulo Pedroso - Obscurantismo existirá sempre. Atualmente, só acreditam e propagam mentiras acerca de mim as pessoas que conscientemente o querem fazer. Não me sinto minimamente condicionado por gente que se recusa a aceitar a verdade. A verdade e a mentira são a verdade e a mentira, não são opiniões. Há pessoas que se recusam a reconhecer a verdade sobre processo em que fui envolvido, a verdade sobre o que se provou em tribunal e o desfecho. Não é um assunto que me perturbe.

O que me perturbava é que as instâncias de apuramento da verdade não pudessem ter conseguido lá chegar. E, portanto, a minha liberdade derivava disso. A verdade foi restabelecida, não apenas em relação à minha inocência, e essa já tinha sido há bastantes anos, mas restabelecida também quanto ao que os tribunais erraram, nomeadamente ao determinar a prisão preventiva. Ou seja, não só que eu era inocente como nunca houve no processo, e é isto que o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos diz, indícios que justificassem aquela medida. Aquela medida é um erro do Estado e é essa a motivação da indemnização.

Tinha pedido uma indemnização de 800 mil euros...

Até podia ser um euro apenas. Era irrelevante. O valor da indemnização foi para pagar os meus custos judiciais e foi uma avaliação que o tribunal fez de danos morais. Mas os danos morais não se quantificam em euros. Quantificam-se em sofrimento e o sofrimento não tem valor: sofrimento próprio, dos amigos, da família, dos pais, dos filhos, dos cônjuges.

Falávamos dos seus comentários sobre os abusos sexuais da Igreja...

Quando eu apareço a comentar os abusos sexuais na Igreja Católica, insere-se na opção que fiz de que todos os temas que são de relevância social merecem o meu comentário. A Igreja, tal como muitas outras instituições, demorou muito tempo a dar o devido valor aos atos contra a autodeterminação dos indivíduos; a dar o devido valor à proteção das crianças e jovens e teve uma reação de procurar proteger a instituição e não os abusados. Essa atitude foi errada sempre, na Igreja e nas instituições públicas, como é errada na família. E hoje para além de ser errada é anacrónica; não tem hoje para os cidadãos qualquer ponta de justificação moral. Proteger a instituição e não as vítimas foi sempre um erro e não tem justificação moral. E o Papa Francisco sobre isto é muito claro. A Igreja precisa de fazer justiça hoje ao presente; precisa de ter memória e ajustar contas com o seu passado; e de garantir aos crentes que há mecanismos que asseguram que isto foi uma página negra que não se repetirá.

Mas a Igreja Católica parece não estar a lidar bem com o relatório da Comissão independente...

Penso que a Igreja está sob uma pressão que tem a ver muito com o facto de ter sido das últimas instituições a assumir esta autocrítica face ao seu passado. Há algumas décadas o Estado começou a fazê-lo. Eu orgulho-me de ter participado num movimento que levou à criação da comissão nacional de proteção de crianças e jovens. Quando eu cheguei ao governo as comissões já existiam em grande parte do país, mas foi comigo no executivo que elas se tornaram nacionais.

As críticas que lhe fizeram por comentar o tema dos abusos sexuais na televisão provocaram-lhe memórias dolorosas...

Mesmo que ninguém hoje falasse disso eu acordo e deito-me todos os dias com a experiência traumática do ano de 2003. Isso não sai de mim um minuto na minha vida. É uma marca. Há uma vida antes e depois de 2003. Há prioridades de vida antes e depois de 2003. Mas quem não tem na sua vida razões para o sofrimento individual?

Evidentemente que a acusação injusta e errada do tribunal provocou-me um trauma que não vai desaparecer. Aprendi a viver com ele.

PAULO PEDROSO, SOCIÓLOGO, EX-MINISTRO DO TRABALHO E SOLIDARIEDADE

As Instituições Sociais têm que ter disp

Através do COLABOR está cada vez mais ligado ao Sector Social Solidário. A pandemia veio alertar para novas necessidades nas estruturas e instituições já existentes, designadamente as ERPI. É preciso uma nova geração de respostas sociais?

É necessário repensar toda a estrutura de cuidados de longa duração. Nós evoluímos de um modelo histórico que assentava basicamente no apoio familiar e as famílias transformaram-se. Hoje o modelo dominante nas famílias é o de que todos os adultos trabalham, o que torna muito mais difícil os cuidados de longa duração. Por outro lado, muitos idosos viviam em habitações precárias e agora já têm algum conforto habitacional e, dentro do possível, deve potenciar-se esse conforto. Foram sendo encontradas soluções e atualmente muitas instituições já as praticam, como o apoio domiciliário, as teleassistências, mas ainda não há uma gestão integrada do contínuo de cuidados. A nível nacional, uma integração que nos garanta que aquilo que a OMS pretende com o contínuo de cuidados garantidos, os modelos de referenciação, tenha alguma uniformidade. Portugal vai precisar disso porque, com o envelhecimento da população, com as transformações das famílias e com o facto de conseguirmos prolongar o tempo de vida humana, mas sem garantir a saúde durante esse tempo, nas próximas décadas a pressão sobre os cuidados de longa duração vai aumentar muito e está já a colocar problemas de prioridades políticas e de recursos.

Concretamente nos recursos humanos...

Nós temos que qualificar parte substancial dos recursos humanos. Temos que avançar na certificação profissional, no reconhecimento das profissões, na melhoria das carreiras. Tudo isso tem consequências e esta pressão não pode ser vivida pelas instituições sozinhas. Isto obriga a que, nomeadamente no Pacto para a Cooperação, o Estado e as Instituições sejam capazes de encontrar o modelo de financiamento que responda a estas novas necessidades.

Fala de uma nova geração de cuidados de longa duração...

Eu costumo dizer que as ERPI oscilam entre três modelos predominantes. O hotel, o hospital e o quartel. Todos gostaríamos de ter um conceito que ande perto da residência assistida. O mais perto possível do conforto das pessoas e da sua autonomia em casa. Há paradigmas de gestão e há orientações, mas temos que procurar encontrar o ponto de equilíbrio. Abandonar uma cultura de quartel, disciplinadora - eu penso que a maior parte das instituições já abandonou, seria injusto não o dizer, mas é um modelo - e procurar o equilíbrio entre o hotel e o hospital. Entre o cuidado residencial da pessoa que tem alguma dependência e o cuidado de saúde da pessoa que tem necessidades de acompanhamento médico e farmacêutico, por exemplo. O esforço tem sido feito, mas é preciso aprofundar muito para que as pessoas mantenham uma vida com sentido e com projeto. É preciso combater a invisibilidade social a que se votam as pessoas mais velhas a determinado momento das suas vidas. A visibilidade é o primeiro fator de inclusão.

Para isso, é preciso rever o modelo de cooperação com o Estado. Há um recuo do Estado na comparticipação dos custos das respostas sociais. Como se resolve?

A cooperação entre o Estado e o Sector Social tem consagração constitucional, nomeadamente, na Segurança Social, o artigo 63 da Constituição, ao dizer que o Estado apoia e fiscaliza as instituições, deu-lhe um grande impulso. É verdade que há uma tradição histórica, mas o grande impulso às instituições sociais é dado depois do 25 de abril, e em particular depois do primeiro Estatuto das IPSS. Nós temos muitos centros sociais, paroquiais, muitas associações que nasceram depois do 25 de abril com esta filosofia de cooperação. Seria um erro deitar fora esta longa experiência. Há países que desenvolveram sistemas de serviços públicos, como a Espanha. Haverá quem o defenda. Se nós estivéssemos a criar desde o início um sistema faria sentido discutir isso, mas temos centenas de anos de história e em particular 50 anos de história depois do 25 de abril, em que a cooperação entre o Estado e as Instituições de Solidariedade produziu um modelo único, que nem mesmo os países de inspiração católica, como a Polónia e a Itália, têm. Eu julgo que há tentações na sociedade portuguesa de equiparar este modelo ao sector lucrativo. Um pouco como aconteceu na Holanda em que se criou um mercado de serviços sociais. Eu não vejo vantagem nenhuma. Defendo uma manutenção da cooperação entre o Estado e a sociedade civil e não vejo vantagens em que se coloquem as instituições como prestadoras de serviço a par com quaisquer outras e que sejam tratadas meramente numa lógica contratual. Isto implica que a parceria tem que ser desenvolvida dos dois lados. Do lado das instituições tem que haver a capacidade e a flexibilidade de dialogar com o Estado, refletindo a evolução das prioridades de política pública. As instituições para estarem em parcerias têm também de se adaptar à evolução dos modelos, quer na parte teórica quer na parte das necessidades. Têm que ter disponibilidade para mudar de paradigma. A União Europeia acaba de aprovar a recomendação sobre os cuidados de longa duração e isso significa que Portugal vai ter que mudar muito nessa matéria. As instituições têm demonstrado ao longo dos tempos uma grande capacidade de adaptação. Em grande parte dos serviços sociais hoje temos a noção que a subsidiariedade é essencial, entendendo-a como responsabilidade em primeira instância da família. Não achando eu que deva diluir-se essa responsabilidade, considero que essa carga hoje é injusta para com os cidadãos. As famílias estão a ficar encurraladas entre o dever, que não podem cumprir, e uma falta de recursos a que possam aceder. A sociedade civil e o Estado têm que adaptar-se a que as novas famílias, com poucas crianças e muitos idosos, com todos os adultos ativos, não podem ter a mesma carga que tinham as famílias do passado.

E qual deve ser o papel do Estado?

O Estado tem que assumir que a centralidade dos serviços sociais mudou, no fundo aquilo que está dentro da Cooperação na Ação Social. Nas creches, por exemplo, houve uma mudança de paradigma. Que todas as famílias tenham direito a uma

creche gratuita estende pela primeira vez à área dos serviços sociais algo que nunca tinha acontecido fora da Educação e da Saúde. Até agora foi sempre aceite o princípio de que há uma responsabilidade primeira da família e só quando a família falha é que o Estado, em cooperação com a sociedade civil, vai apoiar. Uma resposta supletiva. Nas creches deixou de ser assim. Agora há um direito das famílias à gratuitidade das creches. Abriu-se um caminho sobre o qual temos que refletir. Como vamos financiar os cuidados de longa duração no futuro? O que temos hoje claramente não resolve as novas necessidades. Pensem só nisto: A média dos países da OCDE gasta o dobro de Portugal com a proteção social. Nós gastamos cerca de 0,9 por cento do PIB, a média da OCDE está perto dos 2 por cento. A Holanda gasta 4 por cento do PIB. É idealista pensar que podemos duplicar ou triplicar o custo público desta política social. Eu estou de acordo com o que foi adotado no novo Pacto para a Cooperação e acho que nos devemos afastar quer da tentação liberal quer da tentação estatista. Não há nenhuma necessidade de rutura com um modelo que tem proteção constitucional, se afirmou e desenvolveu com a democracia, participativo e democrático. Só temos que rever os termos da parceria.

A revisão constitucional deve considerar ajustamentos no modelo e proteção social?

Não vejo que a Constituição seja um problema para este modelo, julgo que o potenciou... Não creio que o que está estatuído sobre a necessidade de apoio e fiscalização seja origem de algum entorse ao desenvolvimento. A discutir algo, desse ponto de vista, era revisitar o Estatuto das IPSS e dar consagração legal mais forte ao princípio da cooperação entre o Estado e o Sector Social. A haver mexidas é na regulamentação e não nos princípios constitucionais. Há três grandes questões: as áreas da inovação social, que no passado eram feitas através

ponibilidade para mudar de paradigma

dos acordos atípicos; a repartição do financiamento público e o financiamento das instituições e famílias ou pessoas; e a questão de saber se para alguns serviços sociais deveria haver outras formas de financiamento. São estas as questões jurídicas.

E em matéria de fiscalidade?

Na dimensão fiscal houve, na segunda metade dos anos oitenta e nos inícios dos anos noventa do século passado, e nunca foi revertido, uma tentação ideológica liberal de quem mandava no Ministério da Finanças. Ainda há nas Finanças Públicas uma dificuldade de entender a especificidade do Sector Social que deve merecer algum privilégio fiscal. Porque não é mercado; porque não visa a apropriação individual dos resultados; porque presta serviço coletivo; porque beneficia a coletividade. É necessário avaliar se a fiscalidade é proporcional à especificidade da missão do Sector Social. Temos experiências comparativas para estudar não é uma matéria exclusivamente portuguesa. Nos cuidados temos um modelo muito português. Há países, como a França, com grande peso das Mutualidades, outros com grande peso das Cooperativas. Nós temos um sector que produz, presta serviço, procura o bem comum, procura o benefício da comunidade, empenha-se no bem-estar coletivo, e não busca o lucro individual e, portanto, não deve ser tratado como lucrativo. Há questões, como o IVA, que parecem discriminação ideológica e têm que ser resolvidas.

O Sector Social deve estar na Concertação Social?

A exemplo do que acontece com o Comité Económico e Social Europeu faria todo o sentido que nós tivéssemos a representação do sector empresarial, do sindical e das iniciativas da sociedade civil. Muitas das matérias que são discutidas na Concertação Social interessam não apenas aos trabalhadores e aos empresários, mas também à sociedade civil organizada. Sou favorável a que o Sector Social entre na Concertação Social e tenho a certeza que a beneficiava.

Nas IPSS, na grande maioria, os dirigentes são voluntários. É uma virtude ou um defeito do modelo social solidário português?

Eu acho que o voluntariado é uma base de mobilização insubstituível. Não defendo a obrigação de que a direção tenha de ser voluntária. As funções executivas numa IPSS, cada vez mais, exigem profissionalização e as direções talvez devessem não ser só executivas. Nós temos de ter diretores técnicos remunerados. Porque é que esses diretores técnicos não podem fazer parte da direção das instituições? Porque é que quem decide as finanças da instituição tem de ser voluntário e só quem é técnico é que é pago? Eu não partilho dessa ideia. A solução que eu proporia, existe noutros países, é termos direções com membros executivos remunerados e membros não executivos que fazem a supervisão.

Usando aqui um anglicismo, o que eu penso que tem de permanecer voluntário é o "oversight". É a manutenção dos princípios filosóficos da instituição. O que é fundador da Economia Social, do meu ponto de vista, é o voluntariado de iniciativa e o não lucro individual ou proporcional ao investimento. Ou seja, uma não remuneração em função do capital. E quem, na função de supervisão, tem de ser voluntário não é a pessoa que toma a decisão sobre o investimento mas a pessoa que garante que as decisões executivas têm a ver com a filosofia da instituição, com a natureza da instituição, que possa ter a última palavra. Há uma expressão em turco para chefe que é muito interessante, que é "a cabeça que olha". A "cabeça que olha" tem de ser voluntária.

Falemos da situação política. Como é que vê o país liderado por um governo assente numa maioria absoluta?

Eu hoje não tenho participação política ativa por isso olho para o país com o máximo de independência que consigo. Eu penso que o partido no governo, o PS, subavaliou o facto das maiorias absolutas serem sempre solitárias. E depois também desvalorizou, numa primeira fase, que uma coisa é ter a confiança dos portugueses para governar naquele contexto, outra coisa é ter a confiança dos portugueses para fazer o que quer que seja. Portanto, houve um excesso de autoconfiança, na primeira fase do governo, que deitou a perder algumas vantagens que as maiorias absolutas têm.

As coisas têm corrido mal. Porquê?

Eu penso que temos um grande problema. Podemos todos divergir nas soluções, mas julgo que era importante que partilhássemos o diagnóstico: nós estamos com um bloqueio ao nosso desenvolvimento que não nos está a permitir passar para o patamar superior. Temos 20 anos de quase estagnação económica que nos levaram a uma situação orçamental difícil e que nos mantém numa posição de vulnerabilidade. Portanto, nós precisamos de crescer mais, precisamos de viver melhor, precisamos de ultrapassar estes atavismos. Para isso, precisamos de reformas estruturais. Eu sei que a expressão "reformas estruturais" deixa logo toda a gente muito assustada, porque no passado foi usada significando contrarreformas sociais. Nós precisamos de mudanças estruturais, precisamos claramente de ter mais potencial de inovação, precisamos de voltar a ter uma política económica, uma política industrial, uma política de desenvolvimento económico, precisamos de um modelo de desenvolvimento económico que tenha potencial de crescimento, que não fique agarrado ao passado. Temos de refletir sobre isso.

Uma nova política social?

Temos de olhar para as funções sociais sem partir do pressuposto de que os comportamentos, os valores e as atitudes são os mesmos de há 50 ou há 100 anos.

Temos de ter um país para as pessoas que temos. A minha geração, que está hoje nos 50 anos, foi a grande beneficiária do 25 de abril: viveu a escola pública; viveu o desenvolvimento do país depois da entrada na EU; comprou a sua casa; atingiu uma situação de conforto; vive muito melhor que os seus pais, com muito mais oportunidades. Mas agora temos uma geração de jovens que têm uma preparação superior, mas que beneficia muito pouco do estado social. O nosso modelo assentava na ideia que não era preciso proteger os jovens porque o futuro era sempre brilhante e radioso. Atualmente, quem é pobre em Portugal? Costumamos dizer que são as crianças, mas as crianças não vivem sozinhas: são os pais jovens com filhos. Em que nem o trabalho tira da pobreza. Qual é o grupo mais pobre em Portugal? Antigamente eram os reformados. Hoje são os desempregados porque nós não olhamos para o subsídio de desemprego ou para a proteção no desemprego como uma prioridade nacional. Nós estamos aqui com uma fratura geracional em que os jovens estão a votar com os pés: que é a sair.

Fala da necessidade de haver reformas. Ainda se orgulha da criação do Rendimento Mínimo Garantido, hoje Rendimento Social de Inserção?

Orgulho. Eu acho que infelizmente a medida está muito fragilizada por duas razões: em primeiro, a criação do IAS, Indexante dos Apoios Sociais, uma medida correta porque libertou o salário mínimo nacional das prestações, que nunca foi avaliada como devia ao cabo de cinco anos, o que implicou uma perda progressiva dos rendimentos de quem vive das prestações. Porque o RSI está indexado à inflação, não só, mas face ao crescimento económico, na prática, fica indexado à inflação, os rendimentos vão progredindo, e as medidas que estão indexadas ao IAS não tiram as pessoas da pobreza. Já não é só o RSI. Depois, o RSI tinha uma segunda dimensão que era tão ou mais importante que a primeira: um compromisso com a inclusão social. O Estado desinteressou-se muito da inclusão social no RSI e as instituições também. Hoje o potencial de inclusão do RSI é muito baixo. E depois como o populismo condiciona os políticos, basicamente os governos, todos eles, os governos de direita e de esquerda, a partir de certa altura, passaram a achar que as mexidas no RSI deviam ser silenciosas. Nós não temos uma avaliação independente no RSI há 20 anos.

V.M.PINTO (TEXTO E FOTOS)

GOVERNO APROVA DIPLOMA

Linha de 120 milhões de euros para financiamento ao Sector Social

O Governo aprovou um diploma que autoriza o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) a subscrever capital da linha de financiamento ao Sector Social, no âmbito dos apoios associados ao aumento dos preços da energia. Um passo essencial para a linha possa ser operacionalizada.

Segundo o comunicado do Conselho de Ministros, "foi aprovado o decreto-lei que autoriza o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social a subscrever capital no âmbito da linha de financiamento ao Sector Social".

"O diploma visa garantir a liquidez necessária do Fundo de Contragarantia Mútuo para a operacionalização da linha de financiamento ao Sector Social, no âmbito do já aprovado pacote de medidas de apoio às empresas face ao aumento dos preços da energia, a conceder até 31 de dezembro de 2023", pode ler-se no comunicado.

Esta linha de 120 milhões de euros faz parte do pacote "Energia para avançar", anunciado no final do Conselho de Ministros de 15 de setembro, para ajudar as empresas e destina-se ao Sector Social, podendo ser usada para suprir necessidades de financiamento ou de investimento no âmbito da transição ambiental ou na concretização de novos projetos ou de requalificação de equipamentos sociais, como explica o decreto-lei publicado em Diário da República com a sua regulamentação.

O Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social só a 16 de novembro viu publicada a autorização para conceder garantias ao Fundo de Contragarantia Mútuo para operacionalizar as "linhas de crédito a instituições particulares de solidariedade social ou a entidades equiparadas sem fins lucrativos".

Estas garantias que têm como limite máximo global 15 milhões de euros, são financiadas pelo Orçamento do Estado e não por fundos comunitários como acontece à larga maioria das medidas lançadas.

Ana Mendes Godinho, a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança social, já tinha dito que "esta é uma linha essencial para apoiar o Sector Social nos investimentos estruturais que estão a acontecer no terreno", dando como exemplo, as novas respostas que estão a ser preparadas para 39 mil pessoas num investimento total de 600 milhões de euros.

A ministra sublinhou que a linha servirá para completar e apoiar o Sector Social nos investimentos que estão a ser feitos no âmbito do PRR e do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES). Sendo que, neste último caso, o Executivo decidiu atribuir um prémio de 10% aos valores aprovados para todos os projetos que iniciem a sua obra até junho. O objetivo é "incentivar a concretização dos projetos estruturais e estruturantes para responder às famílias", explicou Ana Mendes Godinho.

REFORMA ANTECIPADA POR DEFICIÊNCIA

Pedido de pensão até ao fim do mês dá direito a retroativos

O diploma que regulamenta a reforma antecipada por deficiência, publicado em Diário da República, determina que os beneficiários que apresentem o pedido de pensão até 31 de março têm direito a retroativos a 01 de janeiro de 2023.

"Aos beneficiários que apresentem o requerimento de pensão até 31 de março de 2023 é devida pensão desde 01 de janeiro de 2023, ou de data posterior, conforme indicado pelo beneficiário no requerimento, e desde que reunidas as condições de elegibilidade nessas datas", estabelece o decreto-lei n.º 18/2023.

A lei que estabelece o regime de reforma antecipada por deficiência foi publicada há mais de um ano, em janeiro de 2022, mas só agora foi publicado o diploma que regulamenta e permite operacionalizar este regime.

O decreto-lei publicado entra em vigor "no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos desde 01 de janeiro de 2023".

De acordo com a nova lei, passa a ser possível a antecipação de pensão de velhice por deficiência para as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos que tenham tido, pelo menos, 15 anos de carreira contributiva constituída com situação de deficiência e grau de incapacidade igual ou superior a 80%.

"Este regime visa a proteção social mais favorável das pessoas com deficiência que constituíram a totalidade ou uma parte significativa da sua carreira contributiva através do exercício de atividade profissional enquanto detinham um elevado grau de incapacidade", pode ler-se no preâmbulo do diploma.

Às pensões atribuídas ao abrigo deste regime não se aplicam os cortes por aplicação de penalizações por antecipação da idade nem o fator de sustentabilidade.

O beneficiário não pode acumular a pensão "com o exercício, a qualquer título, de atividade profissional", prevê o diploma, estabelecendo que a violação desta norma determina a perda do direito à pensão "sem prejuízo da aplicação dos regimes legais de restituição das prestações indevidamente pagas e sancionatório".

O financiamento da pensão antecipada por deficiência é integralmente assegurado pelo Orçamento do Estado até que o pensionista atinja a idade normal de acesso à pensão de velhice em vigor que em 2023 é de 66 anos e 4 meses.

HENRIQUE RODRIGUES
Presidente do Centro Social de Ermesinde

O problema da habitação

1 - "Não há outro lugar para habitar
além dessa, talvez nem essa, época do ano
e uma casa é a coisa mais séria da vida."

(Ruy Belo, "O Problema da Habitação – Alguns aspectos)

A nossa casa é uma coisa séria, com efeito: o nosso lugar de acolhimento e de resguardo.

Ou o nosso "lugar de recuo", para utilizar uma metáfora que no nosso País possui uma conotação mais significativa.

Lembram-se de Guerra Junqueiro, hoje tão esquecido, em Os Simples", que estudámos na escola primária?

"REGRESSO AO LAR
Ai, há quantos anos que eu parti chorando
deste meu saudoso, carinhoso lar!...
Foi há vinte?... Há trinta?... Nem eu sei já quando!...
Minha velha ama, que me estás fitando,
canta-me cantigas para me eu lembrar!..."

2 – O principal debate da agenda político-mediática dos tempos mais recentes tem girado à volta da escassez de oferta do mercado de habitação para as famílias "normais" – entendendo esta normalidade como abrangendo famílias cujos rendimentos provêm de trabalho por conta de outrem, remunerado de acordo com o padrão português: pessoas com formação superior a ganhar cerca de mil euros por mês; e titulares de menores habilitações com remunerações à roda do salário mínimo.

As casas onde habitamos, ou são próprias, ou arrendadas.

As que são próprias, são normalmente adquiridas em resultado de empréstimos concedidos pela banca, com prazos de 30 ou 40 anos para pagamento de capital e juros.

Se considerarmos a idade média de constituição de família nos tempos que correm – qualquer coisa como 25/30 anos -, e se partirmos do princípio que é quando constituem família que as pessoas adquirem casa, teremos de concluir que quase todo o tempo de vida profissionalmente activa dos jovens casais ficará vinculado ao pagamento das prestações de empréstimo contraído no início da vida em comum.

Pouco sobra!

O pagamento integral do empréstimo coincidirá com a idade da reforma.

(Tinha razão antecipada Ruy Belo, em 1962, quando publicou "O Problema da Habitação – Alguns Aspectos": "… uma casa é a coisa mais séria da vida.")

Mas essa modalidade está hoje em crise, para novos contratos de crédito, pelo aumento galopante do preço das casas, principalmente nos principais centros urbanos – que são também a principal oferta de emprego.

O preço das casas cresce a um ritmo superior ao do crescimento dos salários.

E está igualmente em crise relativamente aos contratos de crédito em curso: normalmente de taxa variável, hoje em crescimento contínuo, com o consequente efeito de um enorme aumento das prestações mensais a pagar ao banco credor, aumento também muito superior ao do ritmo de crescimento dos salários.

Tal alteração dos pressupostos em que contraíram o empréstimo vai certamente levar a muito incumprimento e às correspondentes penhoras das casas – e ao desalojamento dos actuais ocupantes delas.

E acontecerá a esses como a muitas outras jovens famílias, que ficaram a viver em casa dos pais, por nunca terem tido rendimentos para casa própria ou arrendada.

Já quanto às arrendadas, o mercado também não funciona.

São poucas as casas colocadas no mercado de arrendamento; e as que o são têm rendas incompatíveis com os rendimentos médios das famílias.

Só reformados nórdicos e nómadas digitais podem pagá-las – passe o excesso …

3 – O Governo, acossado por acusações de ausência das chamadas "reformas estruturais", colocou em discussão pública um conjunto de medidas destinadas a combater a referida falta de oferta de habitação para as famílias médias.

No meu tempo de estudante, quando se queria desvalorizar a prestação num exame, dizia-se que no trabalho do aluno havia propostas boas, e propostas originais; mas que as originais não eram boas e as boas não eram originais.

Não faço um diagnóstico tão severo sobre o pacote de habitação apresentado pelo Governo.

Mas há uma medida que tem predominantemente ocupado o espaço do debate público, que é original, mas não é boa: trata-se do chamado arrendamento coercivo, que consiste em o Estado impor aos proprietários de prédios devolutos o arrendamento forçado deles ao mesmo Estado, sendo ainda o Estado a fixar a renda que vai pagar, a fazer as obras que entender para o imóvel ficar habitável, se o não estiver, e a deduzir o seu montante no valor da renda a pagar ao dono.

Como diz o povo, o Estado "faz e baptiza."

Trata-se do mundo ideal, para qualquer autocrata: ter poder para obrigar outrem a contratar consigo e poder definir unilateralmente as cláusulas desse contrato.

Tem sido aduzida em benefício da admissibilidade da medida a comparação com o instituto da expropriação por utilidade pública – no sentido de que o direito de propriedade não constitui, no nosso País, um direito absoluto.

E não constitui, de facto.

Mas a diferença é que é a Constituição que admite a figura da expropriação, por motivo de utilidade pública, impondo, porém, o pagamento da justa indemnização como contrapartida – sendo certo que, em última instância, é aos tribunais que compete fixar o valor dessa indemnização.

Também tem sido utilizado o argumento de que a Constituição, consagrando o direto à propriedade privada, próprio das democracias liberais, também estatui sobre o direito à habitação – pelo que haveria colisão de direitos.

Este argumento não tem, a meu ver, pés para andar.

Em primeiro lugar, se se tratasse de colisão de direitos, importaria explicar por que razão teria de ser o direito à propriedade privada a "encolher-se", para expandir o direito à habitação.

Em segundo lugar, quem tem de garantir os direitos constitucionais é o Estado; não são os particulares, designadamente os proprietários de imóveis.

Quem tem de pagar a despesa pública, incluindo a despesa do Estado para assegurar o exercício dos direitos, são os cidadãos, através da tributação fiscal – que deve ser progressiva e proporcional.

Os proprietários já pagam, com os seus impostos, os encargos de Estado com a politica da habitação - seja com o IMI, o IVA ou o IRS.

Não têm de pagar duas vezes – enquanto os demais cidadãos só pagam uma vez.

"Quem não tem dinheiro, não tem vícios."

4 – A propósito desta propensão do Estado para entrar na nossa vida mais do que o bom senso permite, e da máquina burocrática que seria necessário pôr em marcha para assegurar a gestão do imenso parque habitacional de que pretende apoderar-se, a semana em que escrevo a crónica veio confirmar o que aqui tenho afirmado sobre essa causa de decadência nacional que é o centralismo de que padece o Estado.

Já aqui tenho escrito várias vezes sobre a habilidade com que, quer o PS, quer o PSD, à vez, quando se substituem no Governo da Pátria, se apressam a desmentir as promessas eleitorais respectivas.

Então, não era desta, com António Costa, que a exigência constitucional da regionalização seria cumprida?

Já não é!

Fica para a próxima: a regionalização e a minha opinião sobre mais esta pirueta do PS.

FUGIDA DA GUERRA NA UCRÂNIA, OLEKSANDRA FALA SOBRE O ACOLHIMENTO QUE TEVE EM BAIÃO

"O Sol em Portugal é mais quente"

O Solidariedade regressou a Baião no final de fevereiro, quando se assinalou um ano de invasão da Ucrânia pela Rússia, a fim de saber como tem decorrido o acolhimento dos refugiados ucranianos que em 2022 teve destaque nas suas páginas.

E se há, sensivelmente, um ano eram 13 os refugiados acolhidos, atualmente são 32, 23 adultos e nove crianças. Olhando aos números, pode dizer-se que o acolhimento tem corrido bem, até porque alguns deles já pretendem ficar, em definitivo, em Baião.

Em 2022, conhecemos as irmãs Iryna e Oleksandra e os seus filhos (Mira; Mark e Nikita). Na altura, foi Iryna, a irmã mais velha, que foi a principal interlocutora. Desta feita, foi Oleksandra, uma vez que a irmã atravessa um período mais emocional em relação à guerra e à vida, depois de ter perdido o emprego que ainda mantinha na Ucrânia.

"O patrão queria que ela regressasse, porque com os constantes ataques e os cortes de energia, trabalhar a partir de Portugal tornou-se mais difícil porque as comunicações eram impossíveis", conta Oleksandra, que, entretanto, está a trabalhar numa escola em Baião, no âmbito de um contrato programa do Centro de Emprego.

Na escola, Oleksandra, que na Ucrânia trabalhava na área da consultoria bancária, para além das funções de assistente operacional, serve de ponte entre os alunos ucranianos e entre estes e os professores, facilitando a vivência de todos na comunidade escolar.

"É um trabalho. É dinheiro e, assim, posso ter mais liberdade e independência", diz Oleksandra, acrescentando: "Assim, já posso dar alguma coisa aos meus filhos".

Sublinhando que "as pessoas de Baião e da Câmara ajudam muito", a ucraniana de 37 anos desabafa: "Perdemos o futuro e a educação, as habilidades profissionais, perdemos tudo. Não sabemos o que esperar de amanhã. Por exemplo, para a minha irmã, perder o trabalho foi muito duro".

Sobre a integração dos mais novos, a ucraniana vinda dos arredores de Kiev diz que a sobrinha Mira "está bem".

"Mesmo que ela regressasse à Ucrânia, ela já não tem lá amigos. Os amigos dela estão espalhados por diferentes países por causa da guerra", conta, enfatizando o facto de o filho mais velho, Mark (nove anos), ter participado numa atividade de xadrez e ter ficado muito contente: "Foi como se recuperasse parte da vida que tinha na Ucrânia".

Já em relação a Nikita, de quatro anos, Oleksandra relata, com graça, o facto de o filho mais novo, "em casa, fala ucraniano com uma pronúncia muito esquisita ou fala português, o que se torna difícil, por vezes, de o entender".

Ao contrário da irmã mais velha,

Oleksandra deixou o marido em Kiev, onde trabalha no metropolitano.

"Ele tem insistido bastante comigo para regressar, mas tenho medo dos rockets... E mesmo que fôssemos morar para uma região mais ocidental da Ucrânia, há sempre o perigo dos russos atacarem as centrais nucleares. Por isso, e apesar de ele insistir muito comigo, tenho medo. Ele tem trabalho, mas sente-se sozinho. Depois também perdeu alguns familiares e tem andado muito stressado", conta, referindo ainda a situação dos pais, que permanecem em Kiev: "Eles têm à volta dos 70 anos e, sempre que há avisos de ataques aéreos, eles vão para uma sala no meio da casa e ficam ali horas a fio sentados".

Já no final da conversa, Oleksandra refere que, "quando morava na Ucrânia, olhava para o Sol e pensava que ele fosse igual em todo o lado, mas não é, em Portugal o Sol é mais quente"!

Esta é uma excelente metáfora para o que tem sido o acolhimento de refugiados da guerra na Ucrânia em Baião, onde estas pessoas receberam um abraço quente e acolhedor.

"Estávamos contentes só com um quarto para nós os cinco, mas termos uma casa é quase um milagre", afirma Oleksandra, que destaca o facto de a Câmara Municipal de Baião convidar sempre a sua família para os eventos e atividades promovidas pelo município. A ucraniana recorda a presença nos campeonatos de motonáutica, o Carnaval, entre outras, mas, em especial, a visita a ao Santuário de Fátima.

"Quando estava na Ucrânia, um ano antes da guerra começar, vi um filme sobre Fátima, de que gostei muito, mas achava que seria impossível lá ir, porque não tínhamos dinheiro para tal... A Câmara levou-nos lá numa visita e foi maravilhoso", frisa, lembrando o momento mais difícil que passou, desde que está em Baião: "Só há uns meses é que durmo realmente, aliás, agora, finalmente, consigo dormir a noite toda, mas, na passagem de ano, quando foi o fogo de artifício até gostei de ver e não tive problema, mas depois tive um ataque de pânico e foi complicado!".

A propósito do processo de integração destes e dos demais refugiados da Ucrânia,

Filipe Fonseca, vice-presidente do executivo camarário e responsável pelo pelouro dos Assuntos Sociais, avança que o município tem feito a sua parte, tal como os munícipes: "Na dimensão de relacionamento com a população, o Município tem feito a sua parte, integrando essas pessoas em todos os eventos que foi fazendo ao longo do ano. A integração, pela informação que temos, tem sido bastante aceitável, no sentido que vemos que os baionenses sempre encararam esta situação com bons olhos e nunca colocaram em causa se estaríamos a prejudicar outras respostas. No dia a dia, estamos disponíveis todos os dias do ano, com a doutora Ilda Borges a fazer a ligação e a resolver tudo o que é possível para que eles se sintam bem".

Desde que, logo quatro dias após começar a invasão, se disponibilizou para acolher refugiados da Ucrânia, Baião já acolheu mais dos que as atuais 32 pessoas que estão no concelho. Aliás, os últimos a chegar nem sequer são ucranianos, mas jovens que estudavam no país do leste europeu, todos africanos.

Mas vejamos como foi a chegada destes refugiados a Baião em 2022: 13 de março – 2 adultas e 3 crianças; 15 de março – 3 adultas; 24 de março – 3 adultas e 2 crianças; 31 de março – 4 adultas e 2 crianças; 2 de abril – 1 casal e 2 crianças; 22 de julho – 6 jovens adultos (um marroquino, um costa-marfinense, um nigeriano e três argelinos); 22 de novembro – 3 jovens adultas (uma nigeriana e duas marroquinas).

Os jovens africanos eram todos estudantes, mas, em Baião, cinco dos seis já trabalham: quatro na construção civil e um na área das telecomunicações.

Dos nove jovens, a maioria já pondera, ou já decidiu mesmo, ficar, em definitivo, por Baião.

"Quem mostrou interesse em ficar cá foram os mais novos. Os rapazes já disseram que querem ficar por cá. Estão a conseguir enquadrar-se e, como dizem, têm estabilidade", revela Ilda Borges, do Gabinete de Apoio ao Emigrante, da autarquia, acrescentando: "As meninas nigeriana e marroquinas querem mesmo cá ficar, porque acham que regressar à Ucrânia vai ser difícil e não querem retornar aos países de origem. E querem até retomar os estudos. Uma delas estava no terceiro ano de Medicina Dentária, mas quer tentar matricular-se numa universidade portuguesas, ver as equivalências que lhe dão, mas, já disse, que, se tiver que recomeçar do zero, o fará".

E se há quem já queira ficar, também outros que passaram pelo concelho já partiram. Duas adultas e uma criança regressaram à Ucrânia por questões laborais e um desentendimento familiar levou a que uma pessoa fosse para a Nazaré.

"Todos os que chegaram nos primeiros dias de acolhimento há um ano permanecem em Baião. As pessoas que foram inicialmente alojadas no quartel dos Bombeiros Voluntários de Baião, entretanto, passaram para uma habitação. Felizmente, a comunidade continuou a apoiar, associando-se a estas possibilidades de dispensa de habitação, e foi possível fazer dois contratos de comodato com duas famílias que cederam as casas gratuitamente a refugiados. Numa dessas habitações estão alojadas as pessoas que estavam no quartel, até porque no verão os bombeiros necessitaram das instalações", afirma Filipe Fonseca.

Para o vice-presidente da autarquia de Baião, o balanço, de um ano de acolhimento, é algo que o deixa bastante satisfeito.

"O balanço é muito positivo. E, pessoalmente, é um balanço mesmo muito positivo, porque eu tinha entrado em funções há muito pouco tempo quando esta situação surgiu. Para quem está há pouco tempo e não está por dentro de muitas situações, levar logo com uma situação destas no pelouro dos Assuntos Sociais, deixa-nos bastante incomodados", sustenta, sublinhando: "O nosso objetivo, desde início, era que eles sentissem o menos possível todos os impactos negativos que traziam com eles e que ainda continuam a ter. Mesmo passado um ano, acredito que o que passaram os marca e lhes vai ficar para a vida. Da nossa parte, era tentar proporcionar-lhes momentos que minimizasse os pensamentos negativos da guerra e, acima de tudo, proporcionar-lhes bons momentos, que é o que temos vindo a fazer. Temos tentado integrá-los e criámos uma linha de contacto permanente, porque não é só recebê-los, é preciso ir acompanhando e integrando. Se eles já vão falando em querer ficar, é bom sinal. Esta é também uma forma de aumentar a população residente".

Apesar da liderança da Câmara Municipal, Baião mobilizou-se, desde início, para ajudar e Filipe Fonseca não esquece: "Quero deixar uma palavra de agradecimento às IPSS do concelho, que desde primeira hora se associaram a este processo. Duas delas, a Cecajuvi e a Santa Casa da Misericórdia de Baião, ainda têm espaços disponíveis para acolher refugiados. Lembrar também os Bombeiros Voluntários de Santa Marinha do Zêzere e ainda as duas famílias que disponibilizaram as habitações e que agora acolhem duas famílias, fruto dos contratos de comodato. E, claro, uma derradeira palavra para os nossos colaboradores e a todos os baionenses que tudo têm feito para que os refugiados se sintam bem".

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.

- GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS
- SERVIÇOS PARTILHADOS
- RESTAURAÇÃO COLETIVA
- RESTAURAÇÃO PÚBLICA E CATERING DE EVENTOS
- VENDING
- REPRESENTAÇÕES E LOGÍSTICA
- PRODUÇÃO ALIMENTAR
- SEGURANÇA HUMANA E ELETRÓNICA
- LIMPEZA
- BENEFÍCIOS E INCENTIVOS
- TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

WWW.TRIVALOR.PT

LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA

CONHEÇA-NOS MELHOR

RUA DA GARAGEM, Nº 10 · 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONTACTE-NOS

MINISTRO DA SAÚDE

Modelo para aliviar hospitalizações sociais está a dar resultado

O ministro da Saúde, Manuel Pizarro, afirmou que o modelo criado pelo Governo para dar resposta a doentes hospitalizados por motivos sociais "está a funcionar e já permitiu aliviar a situação", apesar de o número ainda preocupar. "Seiscentos são 600 a mais. Apesar de tudo, há dois ou três meses atrás eram 1.100, o que significa que este modelo está a funcionar e já permitiu aliviar a situação", realçou o governante, em Alcácer do Sal, no distrito de Setúbal.

Manuel Pizarro foi questionado sobre a existência de 665 doentes internados em hospitais por razões sociais. "É um número que me preocupa e que nós temos de resolver", assinalou, lembrando que os ministérios da Saúde e do Trabalho e Segurança Social estabeleceram em conjunto "um modelo de alta social dos hospitais".

Considerando que este modelo já está a apresentar resultados, o ministro sublinhou, porém, que é necessário "continuar a trabalhar para criar uma alternativa" para estas pessoas que já tiveram alta e aguardam uma resposta.

"É preciso que os hospitais estejam aliviados destes casos, mas, sobretudo, é tema de dignidade humana", pois "as pessoas não têm de estar internadas num hospital quando a sua situação clínica não se justifica", vincou.

Por outro lado, Manuel Pizarro referiu que "o internamento num hospital também representa riscos" para as pessoas, dando como exemplos as infeções hospitalares e a desinserção da vida comunitária.

"Este é um caso em que, apesar de tudo, o Serviço Nacional de Saúde (SNS) está a ser o espaço onde essas pessoas têm o apoio de que necessitam. Precisamos de as tirar dos hospitais e vamos criar um modelo adequado para isso", sublinhou.

Questionado sobre o fecho de 220 camas na Rede Nacional de Cuidados Continuados (RNCCI) nos últimos dois anos, o governante começou por reconhecer que "havia um financiamento insuficiente" e que, por isso, o Governo aumentou os valores pagos pelo Estado em novembro passado.

"Aumentámos em um pouco mais de 15% a diária das unidades de longa duração e em cerca de 7% a diária das unidades de média duração e fizemos isso com retroativos de janeiro de 2022", disse, indicando que a medida "foi muito bem recebida pelo setor".

Recordando que a RNCCI "tem 10 mil lugares", Manuel Pizarro admitiu que não fica satisfeito "por haver 2% de encerramento" e mostrou-se resignado com os eventuais fechos: "Mas com isso temos de viver", frisou.

Segundo o ministro, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) tem "uma forte alocação" de financiamento para a abertura de "cerca de 5.500 camas de cuidados continuados de que o país ainda necessita". "Esse processo vai iniciar-se agora e tenho a confirmação de que, já este ano, vamos abrir largas dezenas de novos lugares em cuidados continuados", revelou.

TSR SOFTWARE IPSS ECONOMIA SOCIAL

SOLIDÁRIOS CONSIGO
DESDE 1995

Novas versões

US UNIDADES DE SAÚDE
CP CONTROLO DE PRESENÇAS
ACC ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO
UTC UTENTES CT (CERTIFICADO AT)
GI GESTÃO DE IMÓVEIS
IMO IMOBILIZADO ESNL
ORD ORDENADOS
PEM PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA (CERTIFICADO SPMS)
PC PROCESSOS CLÍNICOS UCC
PC PROCESSOS CLÍNICOS ERPI
ASS ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
CNT CONTABILIDADE ESNL
LAN LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE
ORC MÓDULO ORÇAMENTOS

+ de 40 aplicações
+ de 900 clientes
Garantia de satisfação
Demonstrações grátis e sem compromisso
Assistência remota
Formação online

Contacte-nos para orçamentos, demonstrações ou mais informação.
TELEFONE (+351) 253 408 326
TELEMÓVEL (+351) 939 729 729
EMAIL tsr@tsr.pt
ENCONTRE-NOS EM
www.tsr.pt

ABUSOS SEXUAIS DE MENORES NA IGREJA CATÓLICA

CEP promete fazer tudo para que não se voltem a repetir

A Comissão Independente para o estudo dos Abusos Sexuais de Menores na Igreja Católica em Portugal, criada pela Conferência Episcopal Portuguesa em 2021 e liderada pelo pedopsiquiatra Pedro Strecht, validou 512 dos 564 testemunhos recebidos - entre janeiro e outubro de 2022 -, apontando, por extrapolação, para um número mínimo de vítimas da ordem das 4.815. Vinte e cinco casos foram reportados ao Ministério Público, que deram origem à abertura de 15 inquéritos, dos quais nove foram já arquivados, permanecendo seis em investigação.

Estes testemunhos referem-se a casos ocorridos no período compreendido entre 1950 e 2022, o espaço temporal que abrangeu o trabalho da comissão.

A idade média das vítimas é hoje de 52,4 anos, 52,7% são homens, 47,2% são mulheres e 88,5% são residentes em Portugal continental, principalmente nos distritos de Lisboa, Porto, Braga Setúbal e Leiria, "mas os abusos estão espalhados por todos o país".

Quase todos os abusadores das vítimas que contactaram a Comissão Independente eram homens e maioritariamente padres. 97% dos abusadores eram homens e em 77% dos casos padres, além de que em 47% dos casos o abusador fazia parte das relações próximas da criança. Em 52% dos casos, as vítimas só revelaram o abuso de que foram alvo em média 10 anos depois de ocorrido e em 43% dos casos essa denúncia aconteceu apenas quando contactaram a comissão.

A comissão entregou à CEP a lista dos alegados abusadores.

REAÇÃO DA CEP

A Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) reuniu-se no dia 2 de março, numa Assembleia Plenária Extraordinária "dedicada, exclusivamente, à análise do relatório final da Comissão Independente para o estudo dos abusos sexuais". Seguidamente, em conferência de imprensa na Casa de Nossa Senhora das Dores, em Fátima, a CEP apresentou as intenções, medidas e iniciativas face às conclusões do estudo.

A Conferência Episcopal Portuguesa reafirmou o "firme propósito de tudo fazer para que os abusos não se voltem a repetir" e decidiu realizar um gesto público de pedido de perdão às vítimas de abuso sexual na Igreja no próximo mês de abril, em Fátima, no decorrer da próxima Assembleia Plenária do episcopado. "Como sinal visível deste compromisso, será realizado um memorial no decorrer da Jornada Mundial da Juventude e perpetuado, posteriormente, num espaço exterior da Conferência Episcopal Portuguesa" acrescenta o episcopado em comunicado lido pelo secretário da CEP no final da reunião.

O documento sublinha a necessidade de "ir ao encontro daqueles que foram vítimas desta situação dramática", às quais a Igreja diz quer "continuar a dar voz para que o seu sofrimento não fique calado".

Sem grandes medidas concretas para fazer face aos abusos, a CEP adianta que "o processo de reflexão e discernimento iniciado vai continuar, nomeadamente na próxima reunião do Conselho Permanente e na Assembleia Plenária", em abril.

No documento é garantido que a lista com o nome dos alegados abusadores, entregue pela Comissão Independente ao Presidente da CEP e dirigida às dioceses e aos institutos religiosos, "terá o devido seguimento por parte dos bispos diocesanos e superiores maiores, segundo as normas canónicas e civis em vigor".

Para o episcopado, "as conclusões e sugestões apresentadas estão a ser tidas em conta" e será feito "tudo o que for necessário, com firmeza, clareza e determinação, para uma cultura de cuidado e proteção dos menores e adultos vulneráveis".

"Entre outras resoluções, procederemos à revisão das diretrizes da Conferência Episcopal e dos planos de formação dos seminários e de outras instituições, bem como a conveniente preparação de todos os agentes pastorais", asseguram os bispos.

Quanto às vítimas de abusos, a hierarquia da Igreja Católica deixa "uma palavra de coragem" às "que ainda guardam a dor no íntimo do seu coração" para que possam "dar voz ao silêncio".

Sublinhando que "as feridas infligidas às vítimas são irreparáveis", o episcopado assegura que "se o desejarem", terão o acolhimento e ser-lhes-á disponibilizado "o devido acompanhamento espiritual, psicológico e psiquiátrico". "Nunca enjeitaremos as nossas responsabilidades e comprometemo-nos ainda a encetar contactos com as instituições que já estão no terreno, para sermos parte da resolução desta problemática que é transversal a toda a sociedade", frisa a CEP.

O presidente da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), José Ornelas, remeteu eventuais indemnizações às vítimas de abusos sexuais para os seus autores, indiciando que não haverá lugar a indemnizações por parte da instituição.

"Quanto ao apoio às vítimas, a questão das indemnizações é clara, tanto no Direito Canónico, como no Direito Civil. Se há um mal que é feito por alguém é esse alguém que é responsável, para falar de indemnização", afirmou José Ornelas.

No documento da CEP, os bispos manifestam, ainda, "tolerância zero" para com todos os abusadores e para com aqueles que, de alguma forma, ocultaram os abusos praticados dentro da Igreja Católica" e reconhecem "a necessidade de estruturas concretas para o seu acompanhamento espiritual, pastoral e terapêutico".

O afastamento de alegados padres abusadores de menores está nas mãos de cada bispo, disse o presidente da Conferência Episcopal Portuguesa. "Cada bispo tem de ver, à luz do Direito Civil e do Direito Canónico, quais as medidas apropriadas a tomar", afirmou José Ornelas, após a Assembleia Plenária. José Ornelas explicou que a Comissão entregou as listas de supostos abusadores, "em envelope sigilado", a cada diocese, ressalvando que o que foi entregue "é uma lista de nomes".

"Primeiro é preciso saber quem são. Quanto ao processo a seguir, seguimos as normas civis e canónicas", declarou, explicando que, em caso de pessoas no ativo, "as normas dizem que se houver uma plausibilidade de pôr em perigo o contacto com outras pessoas e a persistência de eventuais delitos" essas pessoas podem ser objeto de uma suspensão cautelar.

Segundo o presidente da CEP, uma das preocupações que os bispos tiveram foi que "sejam dados os nomes e descrições plausíveis", para investigar.

Questionado sobre o eventual encobrimento de abusos, José Ornelas reiterou que o episcopado português não pactua com estas, nem embarca com acusações de encobrimento.

José Ornelas confirmou a criação de uma nova comissão, que continue o trabalho efetuado até agora, e que, "pelas pessoas que a caracterizam e caráter institucional que vai ter", terá um "caráter de uma independência, mas o ponto de comunicação direto será com a coordenação nacional".

José Figueiredo
Economista

Como o melhor emprego do mundo se transformou num inferno

Durante algum tempo alimentei a ideia de que os banqueiros centrais tinham o melhor emprego do mundo. Se excluirmos os cargos políticos de topo, os banqueiros centrais são as pessoas com mais poder nas democracias modernas.

Contudo, ao contrário dos políticos, para quem o poder anda geralmente associado ao desprestígio pessoal quando não desprezo pelo grande público, os banqueiros centrais pareciam viver no olimpo - função prestigiada, bem remunerada, só acessível a pessoas com um imaculado reconhecimento académico e/ou profissional e, finalmente, durante muito tempo nem sequer foi um trabalho particularmente exigente.

Se olharmos para os quase trinta anos que vão do controlo do surto inflacionista nos anos 80 do século XX até à crise financeira de 2008/2009 e respetivas sequelas, a inflação andou bem-comportada, quase sempre próxima do alvo e o pouco que houve para resolver não implicou nem esforços titânicos nem decisões difíceis ou particularmente impopulares.

Rica vida...

Mas acabou-se! O que aí vem pode ser um cenário de horror para os banqueiros centrais.

Desde logo, em meados de 2023, podemos enfrentar uma tensão séria entre poder político e bancos centrais.

Tudo indica que a inflação atingiu o pico e terá começado o ciclo descendente. É provável que a tendência descendente se acentue em 2023 à medida em que o carácter restritivo da política monetária for fazendo o seu caminho e, sobretudo, quando os efeitos de base ficarem mais evidentes.

No segundo trimestre de 2023 estaremos a comparar os preços dessa altura com os preços que vigoravam um ano antes, ou seja, preços que já estavam influenciados pela subida vertiginosa da energia depois da invasão da Ucrânia. À medida em que a energia deixar de contribuir para o índice geral, este vai naturalmente baixar.

Podemos ter uma situação em que o índice geral da inflação está a cair, mas a inflação nuclear (excluindo elementos voláteis, nomeadamente energia e comida) resiste acima do nível considerado aceitável.

Uma análise fria dos dados e o cumprimento dos mandatos a que estão vinculados pode exigir aos bancos centrais a continuação de taxas de juro elevadas, putativamente em território restritivo e correr mesmo o risco de uma recessão económica.

Mas isso pode ser politicamente invendável.

Como explicar aos políticos e ao público em geral (em particular aos que têm dívida pela compra de habitação) que, estando a inflação a cair, mês após mês, continue a ser necessário subir as taxas de juro que é como quem diz, fazer subir as prestações das casas?

Não se duvide que, algures no tempo, alguém haverá de perguntar: mas quem são afinal aqueles cavalheiros, que, aliás, ninguém elegeu, para nos infernizar as vidas?

Os populistas de todos os matrizes, em particular os de extrema direita, já estão a afiar as facas. Os banqueiros centrais (em boa parte por culpa própria) estão mesmo a jeito para mais uma vaga de ódio às elites meritocráticas.

Não faço ideia de como se vai resolver esta tensão nem qual o novo equilíbrio que emergirá desta crise, mas temo bem que, quando a poeira assentar, a credibilidade dos bancos centrais e dos seus dirigentes tenha levado mais uma valente pancada.

Até agora a vida tem sido boa para os banqueiros centrais também numa outra perspetiva. Têm feito resultados fantásticos à custa os ganhos nos títulos que foram comprando para apoiar a economia. Para os governos também tem sido um maná na medida em que os bancos centrais têm pago dividendos chorudos aos orçamentos do estado.

O orçamento do estado português tem recebido mais de 400 milhões de euros por ano de dividendos do banco de Portugal.

O essencial dos resultados dos bancos centrais tem sido feito com os juros dos títulos que foram comprados no ciclo de expansão do balanço. As taxas negativas sobre os depósitos dos bancos comerciais também ajudaram durante algum tempo – os bancos pagavam para ter dinheiro parqueado nos bancos centrais.

Por outro lado, a posição de capital dos bancos centrais estava forte porque os títulos que foram comprados para fins de política monetária valorizaram e engordaram as reservas de justo valor.

Mas a roda da fortuna está a girar.

Os bancos centrais já estão a pagar forte sobre os depósitos dos bancos comerciais – as taxas voltaram a território positivo. A quantidade de títulos que gera juros vai encolher à medida que o balanço for emagrecendo. Pior ainda, a posição de capital vai deteriorar porque os títulos comprados para fins de política monetária vão perder valor com a subida das taxas de juro.

Não por acaso a previsão de dividendos do banco de Portugal para 2023 é sensivelmente metade do que tem sido nos últimos anos.

Para a frente as coisas só podem piorar. Alguns bancos centrais vão reconhecer perdas significativas.

Claro que os bancos centrais, em teoria, não podem falir. Mesmo que tenham posições de capital negativas (dívidas superiores aos seus haveres) podem sempre imprimir dinheiro para pagar as dívidas.

A "falência" dos bancos centrais ocorre quando as pessoas perdem a confiança na moeda e se desencadeia um processo de hiperinflação.

Ao contrário de algumas previsões catastrofistas que circulam por aí, não acredito que a deterioração dos balanços dos bancos centrais venha a provocar uma qualquer crise de liquidez ou perda de confiança na moeda. Não creio que no mundo de capitalismo avançado se corra o risco de descontrolo do processo inflacionário ao ponto de as instituições centrais do sistema "falirem".

O problema que podemos enfrentar (e não é pequeno!) é político, é a perda de credibilidade nos bancos centrais, nos seus dirigentes e, no limite, começar a ser posto em causa o seu estatuto independente.

O que aí vem vai reacender o fogo dos populismos que, aliás, nalguns casos já se manifestam à luz do dia.

Ainda a procissão não saiu do adro, a verdadeira dor das políticas monetárias restritivas ainda não se faz sentir e, em Itália, onde está no poder a extrema direita, vários ministros vêm regularmente a público classificar as ações do BCE como "estúpidas".

Não tarda, teremos o nosso André Ventura a proclamar que o BCE, o banco de Portugal e o Dr. Centeno são "uma vergonha".

O ano de 2023 será terrível para os banqueiros centrais. Claro que grandes tormentas convocam grandes capitães. Mas será que os temos ao leme? Infelizmente não acredito!

Vai doer...

ESPECIALISTAS EM FORNECIMENTO ALIMENTAR E NÃO ALIMENTAR

WORLD OF FOOD SOLUTIONS

30 Marcas Representadas

19 Marcas Próprias

5.800 Pontos de entrega

4.800.000 km / ano

120.000 Toneladas /ano de alimentos de alta qualidade

175 M € Em vendas

100% Cobertura Nacional e Ilhas (Madeira e Açores) e exportação para África, Ásia, Europa e América

+24.000 Referências alimentares e não alimentares

8 Plataformas Logísticas: Lisboa, Porto, Viseu, Covilhã, Algarve, Açores (São Miguel e Terceira) e Madeira

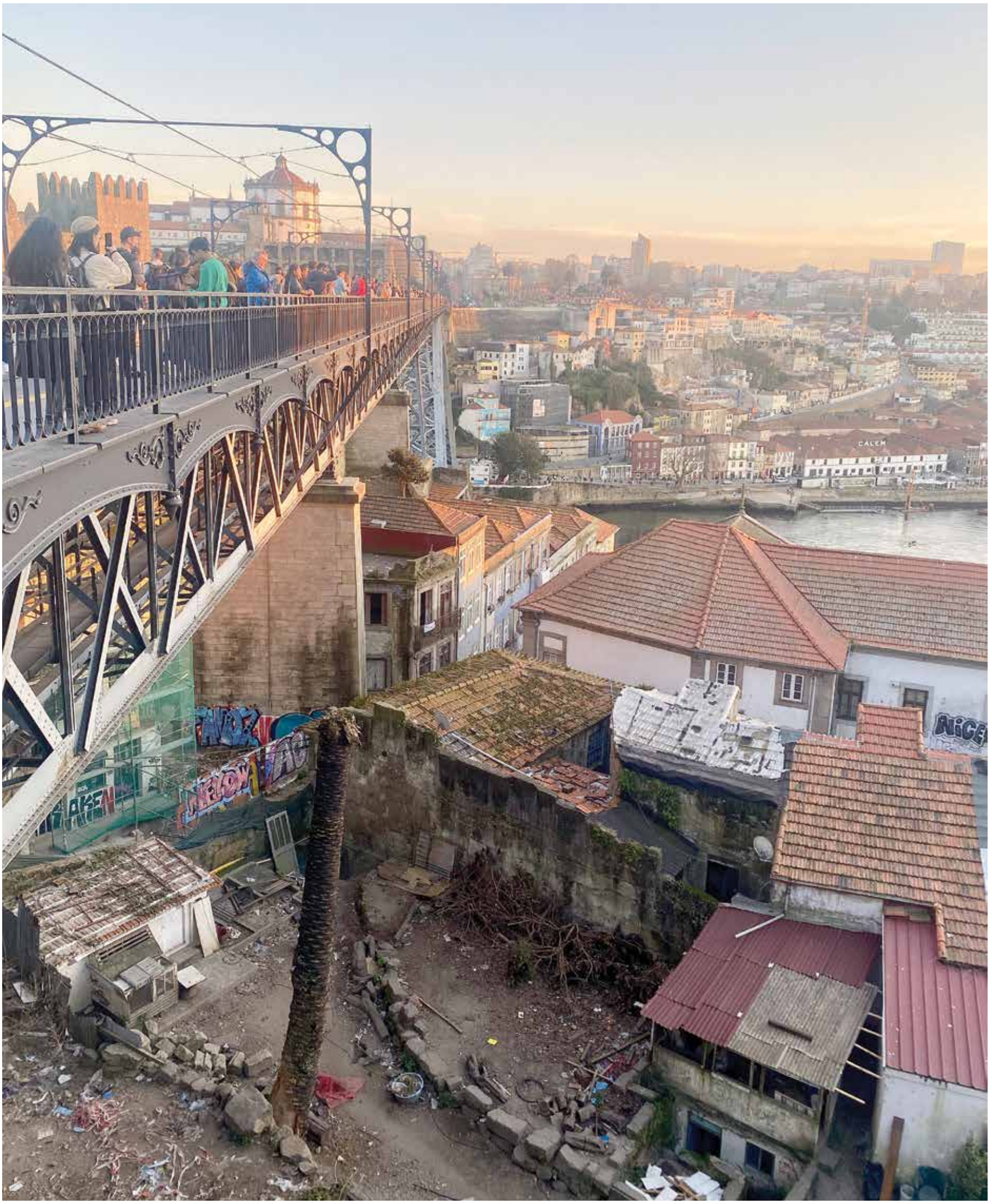
LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900
COVILHÃ: 275 320 600
VISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381
SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT

CERTIFICADO apcer ISO 9001 ISO 14001 ISO 45001 ISO 22000

ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº2019/SST.0521
Nº 2006/ CEP2827
Nº2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt

Foto: V.M. Pinto



Duas faces da mesma moeda

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia| **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446| **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

UM ANO DE GUERRA NA UCRÂNIA

Só 4,5 mil crianças estão na escola das mais de 14 mil que Portugal acolheu

Portugal recebeu pedidos de proteção temporária de 14.265 crianças ucranianas desde a invasão russa àquele país, há um ano, estando 4.488 matriculadas em escolas portuguesas, mas é desconhecida a informação sobre as restantes, informou a Unicef.

Numa nota, no dia que se assinala um ano desde o início da guerra, o Fundo das Nações Unidas para a Infância em Portugal (Unicef Portugal) sublinha que "relativamente à situação das restantes 9.777 crianças que deram entrada em Portugal, não existe informação sobre a sua situação".

Nesse sentido, lança um apelo urgente ao Governo para que estas crianças sejam inscritas em escolas portuguesas por considerar que esse é "um fator crucial para a sua proteção e integração social".

Quando se assinala um ano sobre a invasão russa à Ucrânia, que afetou a vida de cerca de 7,8 milhões de crianças ucranianas, a Unicef apela igualmente ao Governo para que garanta que todas as crianças que estão em território nacional estão inscritas na escola e que lhes seja a assegurado o "reforço da aprendizagem de português como língua de acolhimento e serviços de mediação cultural nas escolas".

O organismo das Nações Unidas apela ainda ao executivo português para um apoio psicossocial nas escolas, a criação de oportunidades para adolescentes, em particular entre os 15 e os 17 anos, que apresentam, frequentemente, maiores desafios na integração nos sistemas de ensino de acolhimento, bem como apoio e informação às famílias sobre os serviços educativos e sociais disponíveis.

A Unicef Portugal pede também que se "assegure a devida articulação entre todas as áreas governativas relevantes (Administração Interna, Igualdade e Migrações, Justiça, Educação, Saúde e Solidariedade, Trabalho e Segurança Social), e a todos níveis (central e local), para que sejam ultrapassadas as barreiras regulamentares e/ou administrativas que podem estar a condicionar ou impedir a identificação das crianças que estão em território nacional e não inscritas nas escolas".

No âmbito deste apoio, a organização pede ao executivo que mobilize e dote os municípios de capacidade para intervir com as famílias refugiadas, de forma regular, através da criação de serviços próximos da comunidade que permitem acompanhar as famílias e garantir que acedem aos serviços locais.

Sugere ainda que seja criada "uma norma de exceção no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, para que seja possível garantir a segurança destas crianças e não seja um entrave à sua proteção".

A Unicef diz que "está também a trabalhar com o Ministério da Educação e Ciência da Ucrânia para que conceda o pleno reconhecimento das qualificações obtidas no estrangeiro para tranquilizar as famílias e crianças quanto à sua transição suave de volta às escolas ucranianas, sem perda de tempo e créditos no seu regresso à Ucrânia, como muitos ambicionam".

No documento, a diretora executiva da Unicef Portugal, Beatriz Imperatori, aproveita para afirmar que "é fundamental que o Governo português assegure as condições de proteção e integração destas crianças e acompanhe e avalie, de forma rigorosa e integrada, a sua situação, para que seja possível atuar no imediato e prevenir riscos, como os de abuso, tráfico humano ou abandono escolar".

"Uma criança que não se sabe onde está, é uma criança potencialmente em risco. Este é uma necessidade que ganha ainda mais pertinência e importância tendo em conta a enorme probabilidade deste conflito militar se estender no tempo, bem mais do que inicialmente era esperado. Temos de estar preparados e equipados para garantir os direitos das crianças, invariavelmente as maiores vítimas em cenários de conflito", acentua.